

2024



RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

(Período em análise 01/jan./2023 a 31/dez./2023)

Índice:

1. Glossário	4
2. Nota Introdutória	6
3. Metodologia	7
4. Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Odivelas	8
5. Avaliação dos Riscos e Implementação das Medidas propostas.....	9
5.1 Executivo/Pelouros:.....	9
5.1.1 Pelouro da Comunicação, Relações Públicas e Protocolo, Gestão Financeira, Obras Municipais, Planeamento Estratégico e Projetos Especiais e Planeamento Urbanístico (P).....	9
5.1.2 Pelouro da Área Jurídica e Organização Municipal, Cultura e Turismo, Fiscalização Municipal, Gestão Patrimonial e Saúde (VEV)	11
5.1.3 Pelouro da Coesão Social, Educação, Habitação e Igualdade e Cidadania (VSS).....	12
5.1.4 Pelouro de Desenvolvimento Desportivo, Gestão e Ordenamento Urbanístico e Juventude (VFB). 14	
5.1.5 Pelouro do Ambiente, Proteção Civil, Serviço de Veterinária Municipal e Transportes e Oficinas (VJPA)	15
5.1.6 Pelouro da Tecnologia, Informação e Conhecimento, Recursos Humanos e Licenciamentos e Desenvolvimento Económico (VMV).....	17
5.2 Direções Municipais (D.M.)	19
5.2.1 Direção Municipal de Gestão e Administração Geral	20
5.2.2 Direção Municipal de Ordenamento e Intervenção Territorial	22
5.3 Gabinetes e serviços.....	26
5.3.1 Gabinete de Apoio à Presidência	27
5.3.2 Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo	31
5.3.3 Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento	33
5.3.4 Gabinete de Planeamento Estratégico e Projetos Especiais	35
5.3.5 Serviço Municipal de Proteção Civil	36
5.3.6 Serviço de Veterinária Municipal.....	38
5.4 Unidades orgânicas de 2º e 3º nível.....	41

<i>5.4.1 Departamento Jurídico e de Administração Geral</i>	42
5.4.1.1 Divisão Jurídica e de Organização Municipal	42
5.4.1.2 Divisão de Fiscalização Municipal	48
5.4.1.3 Divisão Financeira e de Aprovisionamento	52
5.4.1.4 Divisão de Recursos Humanos e Formação	60
5.4.1.5 Divisão de Licenciamentos e Desenvolvimento Económico	60
5.4.1.6 Divisão de Gestão Patrimonial	67
<i>5.4.2 Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico</i>	69
5.4.2.1 Divisão de Licenciamento de Obras Particulares	75
5.4.2.2 Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana	79
5.4.2.3 Divisão de Planeamento Urbanístico	85
5.4.2.4 Gabinete de Reconversão Urbana de áreas Críticas (3.º nível)	89
<i>5.4.3 Departamento de Obras Municipais e Habitação</i>	94
5.4.3.1 Divisão de Infraestruturas e Equipamentos Municipais	95
5.4.3.2 Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos	98
5.4.3.3 Divisão de Habitação	100
<i>5.4.4 Departamento de Gestão Ambiental e Transportes</i>	104
5.4.4.1 Divisão de Ambiente	107
5.4.4.2 Divisão de Espaços Verdes	109
5.4.4.3 Divisão de Transportes e Oficinas	111
<i>5.4.5 Departamento de Educação e Coesão Social</i>	112
5.4.5.1 Divisão de Educação	113
5.4.5.2 Divisão de Projetos Educativos, Igualdade e Cidadania	114
5.4.5.3 Divisão de Coesão Social	115
5.4.5.4 Gabinete de Saúde	123
<i>5.4.6 Departamento de Desporto, Cultura e Turismo</i>	125
5.4.6.1 Divisão de Desenvolvimento Desportivo	125
5.4.6.2 Divisão de Cultura e Turismo	127
5.4.6.3 Gabinete de Juventude (3º nível)	134

1. Glossário

Acrónimo	Significado
ACES Loures-Odivelas	Unidade de Saúde Pública do ACES Loures-Odivelas
AGINVEST	Agência de Investimento e de Desenvolvimento Económico de Odivelas
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ARSLVT	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
ASIP	Ação Social Interface de Parceiros
AT	Autoridade Tributária
AUGI	Áreas Urbanas de Génese Ilegal
CCP	Código Contratos Públicos
CLASO	Conselho Social de Ação Social de Odivelas
CMO	Câmara Municipal de Odivelas
CORACO	Centro Oficial de Recolha Animal do Concelho de Odivelas
CPC	Conselho de Prevenção de Corrupção
CROA	Centro de Recolha Oficial de Animais
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGO	Direção Geral do Orçamento
EMA	Ema - Elevadores, Assistência, Montagem e Reparação, Lda
GIC Suite	Plataforma de Gestão Integrada de Contraordenações
GRID	Solução de Gestão de Recursos e Instalações Desportivas
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
IMPIC	Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção
IP	Inspeção Periódica
ISS	Instituto de Segurança Social
LACMO	Laboratório de Acústica da CMO
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

Acrónimo	Significado
LFL	Lei das Finanças Locais
MbO	Marmelada branca de Odivelas
MUNISIG	Sistema de Informação Georreferenciada e Cartográfico
NCI	Norma de Controlo Interno
PCGT	Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial
PDM	Plano Diretor Municipal
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PP	Plano de Pormenor
PPRGIC	Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas
PSSA	Pessoa em Situação de Sem Abrigo
PU	Plano de Urbanização
RGPD	Regulamento Geral de Proteção de Dados
RTORM	Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais
SAP	Software de Gestão de Empresas
SGA - X-Arq	SGP (Sistema de Gestão de Arquivos) - Aplicação de Descrição Arquivística (X-Arq)
SIAC	Sistema de Informação de Animais de Companhia
SIIAL	Sistema Integrado de Informação da Administração Local
SSGAIT	Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos Gestão
UO	Unidade Orgânica

2. Nota Introdutória

O Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, assim como as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), designadamente a recomendação n.º 1/2009, de 1 de junho, publicado na II série do Diário da República n.º 140, de 22/7/2009, na qual se estabelece que os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiro, valores ou patrimónios públicos devem elaborar planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, sendo estes planos sujeitos a acompanhamento mediante a elaboração de um relatório sobre a sua execução.

O presente Relatório tem como objetivo aferir a avaliação e os resultados obtidos das medidas constantes do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e infrações Conexas (PPRGIC), aprovado pelo Executivo Municipal, **na 6ª Reunião Ordinária** da Câmara Municipal de Odivelas, **realizada em 01 de abril de 2020**. O qual reporta ao período que decorre entre 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

3. Metodologia

Na realização do presente Relatório de Execução os trabalhos decorreram em três fases:

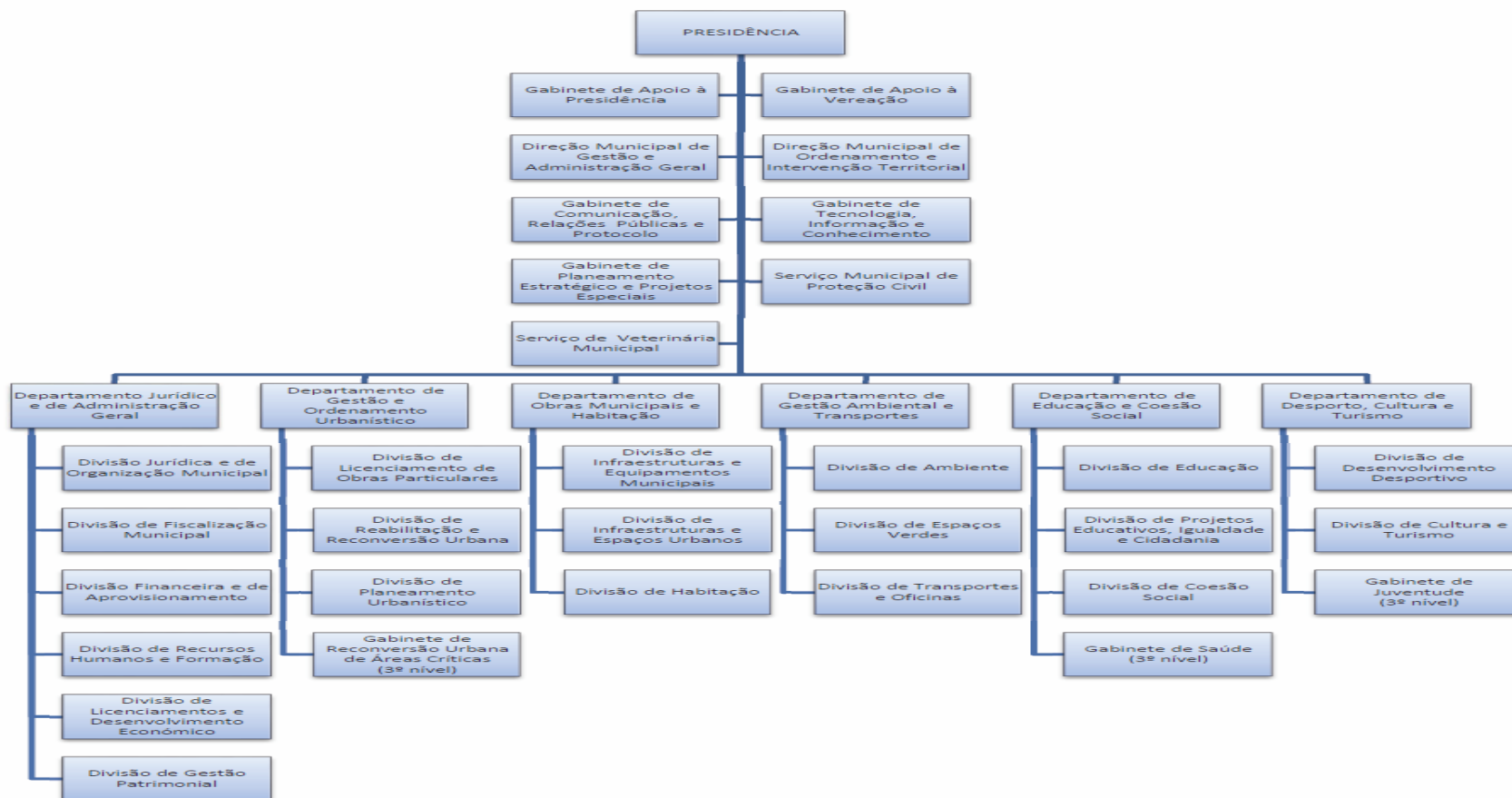
- 1ª Fase: Solicitação dos elementos a todos os dirigentes e responsáveis via Edoclink;
- 2ª Fase: Compilação e organização de toda a informação rececionada via Edoclink e elaboração do relatório;
- 3ª Fase: Validação do documento - Envio do relatório para todos os intervenientes via Edoclink,
- 4ª Fase: Submeter relatório a aprovação pelo executivo, em reunião de câmara.

Ao elaborar o presente relatório teve-se por base os riscos e medidas constantes do PPRGCIC aprovado pelo Executivo Municipal, **na 6ª Reunião Ordinária** da Câmara Municipal de Odivelas, **realizada em 01 de abril de 2020**, aos quais se acrescentaram outros riscos e/ou outras medidas que, entretanto, os serviços consideraram pertinente incluir.

Os riscos e/ou medidas que foram acrescentadas encontram-se identificadas nas grelhas, na coluna das observações.

4. Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Odivelas

4.1 Organograma



5. Avaliação dos Riscos e Implementação das Medidas propostas.

5.1 Executivo/Pelouros:

5.1.1 Pelouro da Comunicação, Relações-Públicas e Protocolo, Gestão Financeira, Obras Municipais, Planeamento Estratégico e Projetos Especiais e Planeamento Urbanístico

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Tratamento diferenciado, podendo ser mal interpretado. (Assegurar a representação do Município nas várias Iniciativas, quer municipais quer com Empresas/Instituições e promover relações institucionais do Município com outras entidades quer estatais quer privadas)	Adoção de medidas com base no princípio da igualdade de tratamento entre os agentes envolvidos.	O Risco passou a ser residual.		
Informação prestada de forma inadequada. (Efetuar Reuniões com Associações, Empresas no âmbito das suas competências)	Adoção de medida tendo por base os princípios da ética no exercício de funções públicas.	Risco diminuiu.		Devido à natureza das funções, é aconselhável que se mantenha a sua prevenção e monitorização de acordo com os normativos em vigor.
Violação de princípios da atividade administrativa e tratamento diferenciado.	Controlo periódico dos procedimentos e normas legais e de controlo interno.	Risco diminuiu.		Devido à natureza das funções, é aconselhável que se mantenha a sua

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Praticar os atos administrativos no âmbito das competências que lhe foram delegadas pela Câmara Municipal e que não foram subdelegadas, no domínio do Departamento de Obras Municipais Decidir assuntos no âmbito da Gestão e Direção dos Recursos Humanos, desde que não esteja delegada a sua competência)				prevenção e monitorização de acordo com os normativos em vigor.
Risco no controlo de procedimento e prazos. (Autorizar a realização de despesas, orçamentadas e pagamento das despesas realizadas)	Controlo periódico dos procedimentos legalmente previstos ao nível interno.	Risco diminuiu.		

5.1.2 Pelouro da Área Jurídica e Organização Municipal, Cultura e Turismo, Fiscalização Municipal, Gestão Patrimonial e Saúde

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Dificuldade em fazer chegar, aos possíveis interessados, informação sobre a atividade cultural desenvolvida (Promoção da atividade cultural municipal)	Melhorar procedimentos de articulação com a unidade orgânica responsável pela divulgação municipal e enriquecimento continuado da mailing list	Risco diminuiu		
Tentativa de pressão dos arguidos no sentido da obtenção de uma decisão que lhes seja favorável (Em matéria de procedimento contraordenacional)	Promoção da abordagem exclusivamente técnica das situações em causa e estabelecimento de regras e critérios de decisão igual em situações equivalentes	Risco diminuiu		
Tentativa de pressão dos visados no sentido da obtenção de uma decisão que lhes seja favorável (Em matéria fiscalização municipal)	Promoção da abordagem exclusivamente técnica das situações em causa e estabelecimento de regras e critérios de decisão igual em situações equivalentes	Risco diminuiu		

5.1.3 Pelouro da Coesão Social, Educação, Habitação e Igualdade e Cidadania

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Utilização de informação para eventual vantagem pessoal ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos da organização, na tomada de decisão ao nível das atribuições e competências delegadas e subdelegadas. (Tomada de decisão ao nível das atribuições e competências delegadas e subdelegadas)	Foram respeitados os princípios de ética, no exercício de funções públicas e cumprimento do Estatuto dos Eleitos Locais, legislação aplicável e Constituição da República Portuguesa, bem como, respeitadas as decisões tomadas pelos Órgãos Municipais relativas às atribuições e competências delegadas e subdelegadas	Em continuidade		
Violação de princípios gerais da atividade administrativa, parcialidade, falta de isenção, tratamento diferenciado de munícipes/entidades no atendimento a munícipes e entidades coletivas (escolas, associações de pais, IPSS's, outras) no âmbito das atribuições e competências delegadas e subdelegadas.	Foram respeitados os princípios de ética, no exercício de funções públicas e cumprimento do Estatuto dos Eleitos Locais, legislação aplicável e Constituição da República Portuguesa, bem como, respeitadas as decisões tomadas pelos Órgãos	Em continuidade		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Tomada de decisão ao nível das atribuições e competências delegadas e subdelegadas)	Municipais relativas às atribuições e competências delegadas e subdelegadas.			

5.1.4 Pelouro de Desenvolvimento Desportivo, Gestão e Ordenamento Urbanístico e Juventude

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Risco de falhas na tramitação administrativa e avaliação técnico legal dos processos, decorrente de legislação complexa, burocratizante e desarticulada; Apoiar e sustentar as deliberações no âmbito das unidades orgânicas. (Urbanismo, Desporto, Juventude)	Envolvimento de um maior número de técnicos, especializados em cada área de intervenção, no processo de análise. Introdução de mapas de avaliação e controlo procedimental.	Maior rapidez na análise dos processos. Processos mais detalhados.	Sem registo	Quando necessário é solicitada a colaboração de técnicos das UO sob responsabilidade deste Gabinete na análise processual.
Risco de não articulação entre os serviços; Tomada de Decisão	Criação de grupos de trabalho com reuniões periódicas.	As várias Unidades Orgânicas ficam conhecedoras da estratégia definida superiormente.	Atas das Reuniões	Elaboração de atas das reuniões para memória futura
Risco de prestação de informação inadequada; Atendimento, audição e reuniões com os munícipes.	Presença nas audições/reuniões de técnicos especializados em cada área de intervenção. Implementação de reuniões técnicas com o responsável técnico e proprietário da obra.	Informação mais assertiva e explícita.	Sem registo	Quando necessário é solicitada a presença de técnicos das UO sob responsabilidade deste Gabinete.

5.1.5 Pelouro do Ambiente, Proteção Civil, Serviço de Veterinária Municipal e Transportes e Oficinas

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Exceder a lotação do Parque dos Bichos por pressão dos munícipes (Gestão do Parque dos Bichos)	Parceria com outros CROA e Rede de Cuidadoras do Programa Gato para alojamento temporário de animais quando o Parque dos Bichos se encontra lotado. Priorização dos animais que têm necessariamente de ser recolhidos nos termos da legislação vigente	Redução substancial de situações de pressão que esgotem a capacidade do CORACO.		Risco quase inexistente no período compreendido.
Dificuldade de acolhimento das normas de segurança e instruções no decorrer de emergências por parte dos munícipes (Supervisionar e decidir em emergências no concelho - SMPC)	Promoção de ações de sensibilização de acordo com o planeamento de emergência pré-estabelecido, nomeadamente em todas as escolas do concelho. Divulgação de conteúdos, através de redes sociais, flyers e qualquer outro meio de comunicação, com o intuito de sensibilizar o maior número de munícipes.	Elevado número de munícipes sensibilizados nesta área, o que importa, substancial redução do risco.		Risco quase inexistente no período compreendido.
Utilização de informação para eventual vantagem pessoal ou de qualquer outra forma contrária à lei ou em detrimento dos objetivos legítimos e éticos da organização.	Promoção dos procedimentos instituídos e acompanhamento do seu cumprimento.	Uniformização de procedimentos e cumprimento estrito das normas adotadas.	Substancial redução do risco.	Risco quase inexistente no período compreendido.

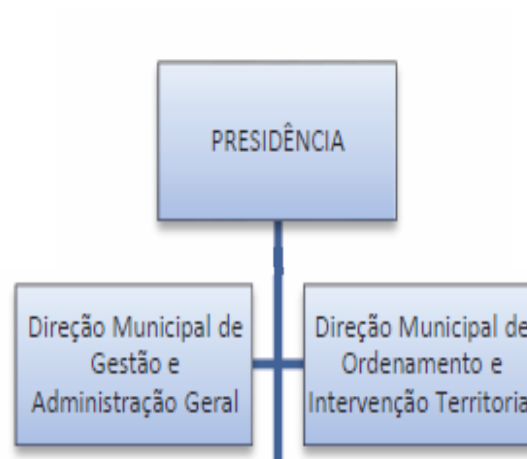
Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Ausência de formação específica.	Fomentar a participação em ações de formação ministradas pela autarquia.	Frequência de um maior número de ações de formação.		Risco moderado no período compreendido.
Não cumprimento do princípio da equidade e igualdade de tratamento.	Divulgação, sensibilização e explicação da legislação vigente em matéria de Direito do Trabalho e correlativos Regulamentos vigentes na autarquia.	Maior conhecimento dos direitos, deveres e normas vigentes.		Risco quase inexistente no período compreendido
Conflito de interesses.	Divulgação do Código de Ética e Conduta e promoção dos procedimentos instituídos e acompanhamento do seu cumprimento, nomeadamente no que o regime de exclusividade concerne.	Compressão por parte dos elementos afetos ao GVJPA do conceito de “Conflito de Interesses.”		Risco quase inexistente no período compreendido

5.1.6 Pelouro da Tecnologia, Informação e Conhecimento, Recursos Humanos e Licenciamentos e Desenvolvimento Económico

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Realização de atividades sem a concessão da autorização administrativa necessária	Autorizar/Emitir licenças no âmbito das competências afetas à DLDE, através de sistema documental.	Verificou-se que a tramitação através do sistema documental, agilizou os processos reduzindo os riscos	Tramitação através do sistema documental.	
Estagnação do tecido empresarial local	Promoção de estudos e atividades dinamizadoras do tecido empresarial local	Verificou-se que com a promoção de estudos mais detalhados, e promoção de ações de formação profissional aos empresários, o risco reduziu.	Realização de estudos sobre a atividade económica e promoção de apoios ao tecido empresarial através do Fundo de Emergência Empresarial de Odivelas e AGINVEST- Agência de Investimento e de Desenvolvimento Económico de Odivelas	
Violação de princípios da atividade administrativa e tratamento diferenciado.	Decisão em matéria de Gestão e Direção dos Recursos Humanos, desde que não esteja delegada a sua competência cumprindo toda a sequência de autorizações necessárias.	Considerando a observância dos procedimentos e normas de controlo interno, verificou-se que o risco foi diminuto nesta matéria.	Controlo periódico dos documentos orientadores do município para efeitos de desenvolvimento de atividades.	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Risco de falhas na tramitação administrativa e avaliação técnico legal dos processos, decorrente de legislação complexa, burocratizante e desarticulada;	Apoiar e sustentar as deliberações no âmbito das unidades orgânicas (DLDE, GTIC e DHRF)	Para controlo destes riscos constatou-se que a elaboração de um plano de formação continua permite a atualização das competências dos funcionários, favorecendo a sua tramitação e consequente decisão. A par desta situação a monitorização da Norma de controlo Interno, reduziu o risco de infrações.	Elaboração de Plano de Formação Contínua nas diferentes áreas técnicas setoriais	
Risco de falhas na aplicação de normas, procedimentos e prazos;			Monitorização periódica dos procedimentos e norma de controlo interno	
Conflito de interesses e/ou eventual favorecimento de interessados			Monitorização periódica dos procedimentos e norma de controlo interno e outros documentos orientadores	
Risco de não articulação entre os serviços;	Realização de reuniões periódicas entre os serviços	Em ambos os riscos verificou-se que no momento da tomada de decisão (DLDE/GTIC/DRHF), a monitorização periódica dos procedimentos e norma de controlo interno foi fundamental para redução do erro e/ou duplicação de tarefas.	Monitorização periódica dos procedimentos e norma de controlo interno	
Risco de falhas no controlo dos procedimentos e aplicação das normas de controlo interno.			Monitorização periódica dos procedimentos e norma de controlo interno	

5.2 Direções Municipais (D.M.)



5.2.1 Direção Municipal de Gestão e Administração Geral

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Incorrer numa deficiente prestação dos serviços aos munícipes em virtude de serem unidades orgânicas mais próximas dos cidadãos. (Assegurar uma adequada articulação entre os departamentos municipais ou outros serviços de nível inferior)	Implementação de reuniões periódicas de trabalho. Definições de prioridades e fixação de prazos adequados.	As medidas implementadas traduziram-se numa melhor prestação de serviços aos munícipes.		
Incumprimento dos procedimentos internos por parte das unidades orgânicas; (Apoiar os dirigentes municipais das unidades orgânicas de nível inferior e superintender os aspetos de gestão corrente)	Acompanhamento e supervisão da atividade. Partilha de conhecimentos e de experiências sobre métodos de trabalho.	Maior conhecimento das ações desenvolvidas pelas diversas Unidades Orgânicas.		
Falhas no cumprimento de prazos. (Dirigir a atividade das unidades e subunidades orgânicas dependentes e assegurar a correta execução das respetivas tarefas dentro dos prazos determinados)	Elaboração de um Plano para os Procedimentos Habituais.	Os serviços realizaram um esforço significativo para o cumprimento na execução de ordens e despachos superiores e registaram-se melhorias ao nível dos prazos.		
Inadaptabilidade a funções	Ações de formação adequadas e um acompanhamento mais próximo.	Ultrapassaram-se algumas dificuldades ao nível da inadaptabilidade e houve uma melhor		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Gerir os recursos humanos, técnicos e patrimoniais afetos, garantindo a sua racional utilização.)		adequação dos perfis e das funções exercidas.		
Atividades/tarefas levadas a cabo sempre pelos mesmos trabalhadores (possibilitando a ocorrência mais frequente de lapsos). (Preparar o orçamento anual, suas alterações e revisões e proceder ao controlo da execução orçamental)	Instruir mecanismos de monitorização.	Registaram-se alterações de trabalhadores na execução de tarefas, o que foi considerado positivo.		

5.2.2 Direção Municipal de Ordenamento e Intervenção Territorial

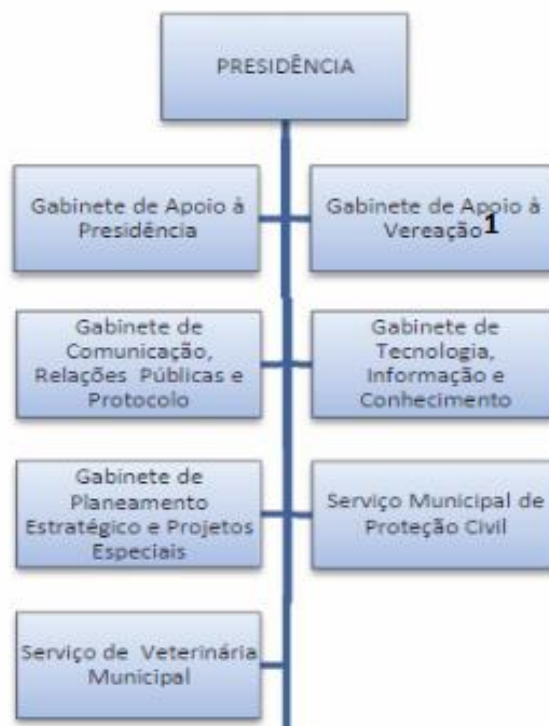
Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Incorrer numa deficiente prestação aos munícipes em virtude de serem unidades orgânicas mais próximas dos cidadãos. (Assegurar uma adequada articulação entre os departamentos municipais ou outros serviços de nível inferior)	Deu-se continuidade à realização de reuniões com as diversas unidades orgânica, no sentido de dar satisfação às necessidades manifestadas pelos munícipes, nomeadamente no espaço público.	As medidas adotadas traduzem-se numa melhor prestação aos munícipes, procurando-se encurtar os prazos de resposta às reclamações e fundamentalmente na resolução das questões colocadas.		
Assegurar o cumprimento dos procedimentos internos por parte das unidades orgânicas. (Apoiar os dirigentes municipais das unidades orgânicas de nível inferior e superintender os aspetos de gestão corrente)	Acompanhamento regular da atividade desenvolvida pelas diversas Unidades Orgânicas. Divulgação das experiências sobre os métodos de trabalho.	Maior conhecimento das ações desenvolvidas nas diversas unidades orgânicas na área do Ordenamento e Intervenção Territorial.		
Violação dos deveres que impendem sobre os dirigentes e trabalhadores afetos às respetivas unidades, consagrados nos respetivos Estatutos dos Cargos Dirigentes, bem como na Lei do trabalho em funções públicas.	Foram fixados prazos para cumprimento das ordens e despachos da Administração Camarária.	Os serviços têm revelado um grande esforço para o cumprimento na execução de ordens e despachos superiores, apesar da falta de meios em determinadas Unidades Orgânicas.		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Promover a execução das ordens e despachos do Presidente da Câmara ou dos vereadores com poderes para o efeito nas matérias compreendidas na esfera da sua competência.)				
Existência de falhas na tramitação processual que implique a intervenção de diferentes unidades orgânicas. (Dirigir a atividade das unidades e subunidades orgânicas dependentes e assegurar a correta execução das respetivas tarefas dentro dos prazos determinados)	Um maior acompanhamento na execução das tarefas dentro dos prazos estabelecidos.	Obtenção de resultados positivos na área do Planeamento, Projetos de Execução, execução de empreitadas, bem como na informação prestada aos munícipes na sequência de reclamações e sugestões.	Taxa de execução do Plano de Atividades e Orçamento e particularmente no volume de obras em curso e a iniciar.	
Assegurar que o interesse público prevalece sobre os interesses políticos, particulares ou de grupos. (Planeamento e ordenamento territorial)	Execução de projetos e obras do Orçamento Participativo 2020/2021.	Ainda não foi possível concretizar todos os projetos e consequentemente as obras previstas no Orçamento Participativo.		Prevemos finalizar o Orçamento Participativo no presente ano 2024.
Interesses de entidades externas como a administração central; AML; Juntas de Freguesia; empresas concessionárias ou operadoras de transportes nos domínios das acessibilidades e das redes infraestruturais; operadores de subsolo; entre outras, podem colidir com os	Participação nas reuniões, promovidas pela Administração Central, AML e outras Entidades, bem como a promoção de reuniões com todos os operadores de subsolo.	O trabalho realizado tem sido muito profícuo com muitos projetos em curso, alguns deles já implementados no terreno.		Temos participado e efetuado reuniões presenciais e em videoconferência, o que tem permitido alcançar bons

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
interesses e objetivos essenciais para o desenvolvimento do Concelho. (Articulação dos serviços com entidades externas, no planeamento e desenvolvimento do Concelho.)				resultados nas áreas do planeamento estratégico e urbanístico, bem como em diversos estudos e projetos de execução.
Risco na seleção das empresas a convidar em consultas prévias, ajustes diretos e concursos limitados, estando esta função atribuída ao diretor do departamento ou ao técnico responsável pelo lançamento da empreitada. (Preparação dos documentos para lançamento de empreitadas)	Para a seleção das empresas temos recorrido ao site IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção) para confirmação da habilitação das mesmas empresas e ao site da INFORMA, site que nos dá a conhecer a estrutura legal das empresas e respetiva situação de risco, bem como a ligação dos seus sócios a outras empresas.	Temos cumprido com rigor o estabelecido na legislação sobre a Contratação Pública.		
Contratação da despesa segundo a figura do ajuste direto, através da inserção dos procedimentos na plataforma eletrónica.	Recurso numa percentagem superior a 95% à contratação	Temos continuado a verificar que a contratação através da plataforma eletrónica da		Esta prática foi adotada logo no início da existência

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Lançamento de concursos de empreitadas de obras públicas)	através da plataforma eletrónica de Contratação Pública.	Contratação Pública é muito transparente e poupa muitos recursos internos.		da plataforma eletrónica da Contratação Pública.

5.3 Gabinetes e serviços



5.3.1 Gabinete de Apoio à Presidência

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Conflito de interesses que possa prejudicar uma seleção imparcial de informação. (Assessoria técnica dos domínios jurídicos, do desenvolvimento económico e social local e regional, da organização e gestão municipal, das relações institucionais e outros domínios julgados convenientes; Assessoria relativa à definição e prossecução das políticas municipais)	Acompanhamento diário da informação disponibilizada aos órgãos de comunicação social.	Risco passou a ser muito mitigado e residual.		
Inexistência de cabimentação prévia da despesa. (Assegurar o desenvolvimento prático das relações institucionais do Município com os órgãos e estruturas dos poderes central, local e regional, com institutos públicos e instituições privadas com atividade relevante no Município, assim como outros Municípios e Associações de Municípios Promover os contactos com os serviços do Município e organizar a agenda e outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Presidente)	Implementação de mecanismos de controlo da despesa que permita a sua assunção sempre mediante prévia cabimentação.	Risco passou a ser muito mitigado e residual.		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Existência deficiente de um sistema de avaliação de necessidades de aquisição de bens e serviços.	Implementação de mecanismos que permitam uma avaliação prévia das necessidades.	Risco passou a ser muito mitigado e residual.		
Utilização de informação para eventual vantagem pessoal ou de qualquer outra forma contrária à lei, em detrimento dos objetivos legítimos e éticos da organização. (Assessoria técnica dos domínios jurídicos, do desenvolvimento económico e social local e regional, da organização e gestão municipal, das relações institucionais e outros domínios julgados convenientes; Assessoria relativa à definição e prossecução das políticas municipais)	Promover o cumprimento dos procedimentos instituídos. Promover a elaboração de um Código de Conduta.			O risco mantém-se devido à natureza das funções, sendo aconselhável a sua prevenção de acordo com os normativos em vigor, através da elaboração de um Código de Conduta e sua posterior monitorização do seu cumprimento.
Violação de princípios gerais da atividade administrativa, parcialidade, falta de isenção, tratamento diferenciado de entidades/municípios. (Assegurar o desenvolvimento prático das relações institucionais do Município com os órgãos e estruturas dos poderes central, local e regional, com institutos públicos e instituições privadas com atividade relevante no Município, assim como outros Municípios e Associações de Municípios)	Assegurar o levantamento, diagnóstico e atualização do processo de atendimento.	Risco diminuiu		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Promover os contactos com os serviços do Município e organizar a agenda e outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Presidente)				
Possibilidade de desvirtuamento dos normativos referentes à Proteção de Dados.	Definição de Regras de aplicação do RGPD em vários procedimentos, através do desenvolvimento de trabalho de equipa em colaboração com a responsável pela Proteção de Dados.	Risco diminuiu, substancialmente, a probabilidade de existência de práticas desconformes.		O risco mantém-se devido à natureza das funções, sendo aconselhável a sua prevenção de acordo com os normativos em vigor devendo continuar o desenvolvimento de critérios para a sua prevenção, em equipa e em colaboração com a RPD, na exata medida em que surgirem novos procedimentos e/ou novos normativos ou atualização da interpretação dos mesmos.

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Deficiente, ou mesmo inexistente, avaliação "a posteriori" da qualidade dos bens/serviços adquiridos e respetivo preço.	Adoção de critérios que estabeleçam uma mais adequada avaliação a nível de qualidade e preço.	Risco diminuiu		

5.3.2 Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Não cumprimento dos requisitos necessários à boa concretização das atividades/iniciativas municipais. (Apoiar a realização de iniciativas municipais, nomeadamente o protocolo nas cerimónias e atos oficiais)	Sensibilização das diferentes unidades orgânicas da CMO para o cumprimento do manual de procedimentos.	Melhor capacidade de resposta ao solicitado pelas unidades orgânicas.	Envio de e-mail às unidades orgânicas.	
Deficiente promoção e publicitação das iniciativas da CMO. (Produzir e difundir informação e/ou divulgação relativa à atividade dos órgãos e serviços municipais)	Elaboração de um plano anual das iniciativas municipais regulares, em articulação com as várias unidades orgânicas.	Melhor capacidade de planeamento, organização e realização das iniciativas.	Divulgação realizada nos vários canais de comunicação ao dispor da autarquia.	
Perda/dispersão de correspondência proveniente de órgãos de comunicação social e consequente falta de resposta em tempo útil. (Produzir e difundir informação e/ou divulgação relativa à atividade dos órgãos e serviços municipais)	Orientação ao serviço competente para encaminhamento direto ao GCRPP de expediente recebido na CMO proveniente de órgãos de comunicação social (canais de televisão, rádio, jornais, revistas, etc.).	Redução do tempo de resposta aos órgãos de comunicação social, reforçando a boa imagem da autarquia e dos seus serviços.	Envio de e-mail ao serviço competente.	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Deficiente comunicação externa. (Promover a comunicação entre os Munícipes e o Município)	Atualização permanente de informação no site municipal, redes sociais institucionais e outros suportes de comunicação ao dispor dos munícipes e outros utilizadores.	Comunicação municipal mais eficaz e mais eficiente.	Controlo da gestão de conteúdos publicados no site e redes sociais da CMO, bem como noutros suportes de comunicação usados pela autarquia.	
Desigualdade na atribuição de espaços publicitários, sob gestão do GCRPP, a entidades externas.	Planeamento e controlo de gestão da rede de mupis e outdoors ao dispor da autarquia.	Maior imparcialidade e equidade na atribuição de espaços publicitários.	Criação de normas internas para a melhor gestão dos espaços publicitários.	

5.3.3 Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Instalação de programas ilegais e/ou não licenciados por parte dos utilizadores. (Disponibilização de Ferramentas para o normal funcionamento da instituição (Hardware e Software))	Utilização de políticas de segurança na instalação e configuração dos equipamentos informáticos.	Risco em minimização	Efetivação da implementação das políticas de segurança informática.	
Utilização indevida de programas e/ou sites internet, por parte dos utilizadores que possam prejudicar o normal funcionamento da rede informática da CMO. (Disponibilização de vários Serviços Transversais (ferramentas internas de produtividade, edoclink, Medidata, intranet, e-mail, internet, etc...))	Criação de políticas de utilização e racionalização dos acessos à Internet.	Risco em minimização	Instalação de novos sistemas de Firewall de acesso e controlo sobre navegação na Internet	
Acesso à informação indevido e/ou não autorizado (Salvaguarda dos sistemas centrais de informação.)	Utilização de políticas de segurança na atribuição de passwords de acesso à rede informática e aos Sistemas de Informação, da CMO bem como a utilização do sistema de Impressão Segura.	Risco em minimização	Efetivação do sistema de impressão segura e reforço da política de passwords.	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Utilização de dispositivos de armazenamento externo e serviços cloud para salvaguarda de informação (Salvaguarda dos sistemas centrais de informação)	Bloqueio deste tipo de armazenamento e acesso a sites de transferência de ficheiros.	Risco em minimização	Bloqueio de algumas plataformas de transferência de ficheiros online.	

5.3.4 Gabinete de Planeamento Estratégico e Projetos Especiais

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Possibilidade de ausência de decisão ou tomada de decisão fora de tempo. (Coordenar e dinamizar o processo de monitorização do Plano Diretor Municipal e propor a abertura de processos de revisão, alteração ou suspensão do mesmo, bem como averiguar a necessidade de elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial)	Adoção de medidas que promovam a participação pública e a transparência dos processos.	Utilização da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) para efeitos de concertação entre as entidades envolvidas e partilha de informação, no âmbito do processo de alteração ao PDM.	Acesso a área reservada (https://pcgt.dgterritorio.gov.pt/user/login) através de password de acesso.	
Possibilidade de falta de imparcialidade verificada no acompanhamento dos processos. (Promover o desenvolvimento da estratégia de mobilidade e da rede de transportes públicos, em articulação com a AML e monitorizar os processos subsequentes)	Divulgação de informação municipal para repositório integrado e abrangente de dados gerido por entidade reguladora e fiscalizadora do setor dos transportes (Autoridade da Mobilidade e dos Transportes).	Disponibilização de informação municipal relativa ao serviço público de transporte de passageiros.	Acesso a área reservada (https://balcaounico.amt-autoridade.pt/login) através de password de acesso - EDOC/2023/32571.	Esta medida não constava do PPRGCIC, mas foi incluída no último relatório.

5.3.5 Serviço Municipal de Proteção Civil

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Insuficiência na definição de procedimentos na resposta a reclamações e solicitações diversas (Resposta a reclamações e solicitações diversas)	Reformulação de formulários internos (Criados no primeiro trimestre do ano de 2023)	Melhoria significativa na resposta e controlo das reclamações registadas.		
Tratamento diferenciado e não cronológico dos pedidos de intervenção, em casos de igualdade de situação, normalmente de urgência (Operações de socorro e assistência às populações em situações de emergência)	Padronização do mecanismo de recolha de informação para registo de ocorrências	Melhor avaliação das ocorrências registadas permitindo uma definição dos procedimentos e meios a envolver na “solução” da ocorrência		
Existência de deficiências na comunicação e transmissão de informação	Proposta de definição de um plano de formação adequado e o aumento da divulgação pela comunidade/municípios	Melhoria e aumento substancial do número das ações de sensibilização e informação		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Ações de formação, sensibilização e Informação no âmbito ou domínio da proteção civil)				
Conclusões desajustadas aos atos verificados (Produção de pareceres técnicos e elaboração /atualização de planos de emergência)	Aumento do grau de rigor na conceção/elaboração de “relatórios” e “informações” internas e externas, através da reformulação das informações no primeiro trimestre de 2023, melhor fundamentação e ilustração.	Informações (internas e pareceres no “EDOC”) mais consistentes e fundamentadas		

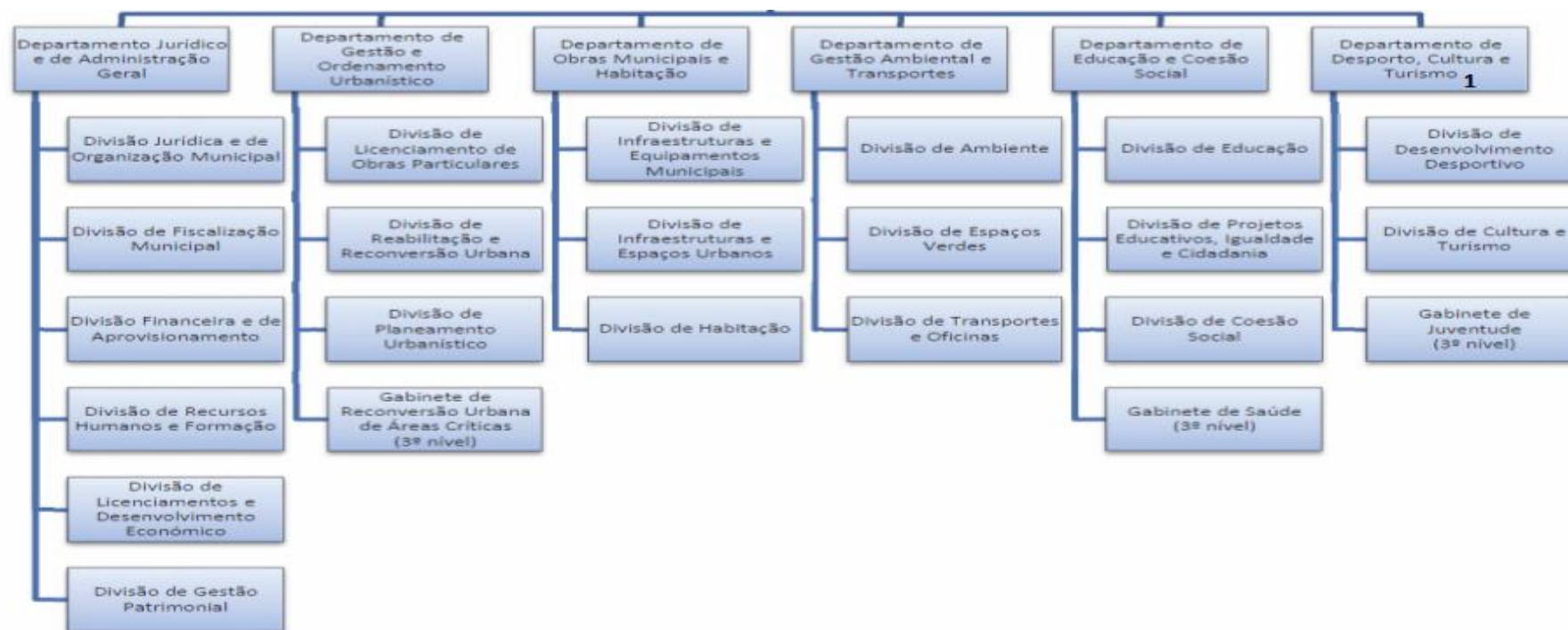
5.3.6 Serviço de Veterinária Municipal

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Tomada de decisões que podem propiciar o favorecimento ou desfavorecimento de determinado agente económico/condicionamento de pareceres. (Inspeção sanitária das instalações de alojamento de animais, de produtos de origem animal e dos estabelecimentos onde se abatam, preparem, produzam, transformem, fabriquem, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados) (Participar nas campanhas de saneamento ou de profilaxia determinadas pelas instituições competentes) (Inspeção sanitária aos centros de atendimento médico-veterinários e outros estabelecimentos de prestação de cuidados a animais e participação nos seus licenciamentos) (Vigilância, avaliação e resolução de problemas de insalubridade e/ou incomodidade provocadas por animais e de problemas associados ao bem-estar animal)	Emissão de recibos individuais e elaboração de mapa mensal de resumo dos valores cobrados, a encaminhar à Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV).	Elaboração de listagem submetida na plataforma da DGAV e entrega mensal das receitas do Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e outras Zoonoses	Entrega em formato papel da listagem dos valores cobrados e comprovativo de depósito desses valores na conta da DGAV.	
Tomada de decisões que podem propiciar o favorecimento ou desfavorecimento de	Participação de mais de um técnico nas vistorias;	Elaboração de pareceres e envio às entidades (Ministério	Todos os processos dão	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
determinado agente económico/condicionamento de pareceres. (Inspeção sanitária das instalações de alojamento de animais, de produtos de origem animal e dos estabelecimentos onde se abatam, preparem, produzam, transformem, fabriquem, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados) (Participar nas campanhas de saneamento ou de profilaxia determinadas pelas instituições competentes) (Inspeção sanitária aos centros de atendimento médico-veterinários e outros estabelecimentos de prestação de cuidados a animais e participação nos seus licenciamentos) (Vigilância, avaliação e resolução de problemas de insalubridade e/ou incomodidade provocadas por animais e de problemas associados ao bem-estar animal)	As decisões são sempre comunicadas por escrito e devidamente fundamentadas.	Público, DGAV, ICNF, Juntas de Freguesia, PSP, DFM ou outras entidades competentes)	entrada via SEAL e dão origem a um EDOC	
Omissão na prestação de contas (receitas); (Gestão técnica e operacional do CORACO- recolha e alojamento de animais errantes, remoção/recolha de animais mortos ou sinistrados, ocisão de animais, realização de cirurgias, encaminhamento de cadáveres, promoção da adoção de animais.)	Emissão de recibos individuais e elaboração de mapas mensais de resumo dos valores cobrados	Encaminhamento mensal à DFA de toda a faturação/receita realizada em dinheiro ou por multibanco.		Emissão de todas as faturas correspondentes aos valores faturados na MEDIDATA

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Falta de registos dos animais; (Gestão técnica e operacional do CORACO- recolha e alojamento de animais errantes, remoção/recolha de animais mortos ou sinistrados, ocisão de animais, realização de cirurgias, encaminhamento de cadáveres, promoção da adoção de animais.)	Registos de processos individuais de todos os animais, ações, movimentos, proveniência e destino dos mesmos.	Elaboração da ficha clínica dos animais com todo o historial do animal, entrada/saída (saúde, chip, foto)	Todos os animais são registados no SIAC	Elaboração de processo individual do animal em formato papel
Capacidade deficitária para acolhimento dos animais recolhidos; Erros na identificação dos animais (Gestão técnica e operacional do CORACO- recolha e alojamento de animais errantes, remoção/recolha de animais mortos ou sinistrados, ocisão de animais, realização de cirurgias, encaminhamento de cadáveres, promoção da adoção de animais.)	Elaboração de processos individuais de todos os animais que dão entrada no CORACO, com registo fotográfico, datas, entregas, capturas, adoções, abate, agressões, etc. Elaboração de relatórios mensais.	Elaboração da ficha clínica dos animais com todo o historial do animal, entrada/saída (saúde, chip, foto)		Elaboração de processo individual do animal em formato papel
Conflito de interesses ou favorecimento de serviços no âmbito veterinário. Falhas na prestação de contas. (Gerir consultório veterinário)	Cumprir o regulamento e normas do Consultório Veterinário Municipal. Articulação com a Divisão Financeira e de Aprovisionamento na emissão das faturas e respetiva conferência.	Controlo da marcação de serviços por vários funcionários e encaminhamento mensal à DFA de toda a faturação/receita realizada no Consultório Médico Veterinário em dinheiro ou por multibanco.		Emissão de todas as faturas correspondentes aos valores faturados na MEDIDATA

5.4 Unidades orgânicas de 2º e 3º nível



1-Departamento de Desporto, Cultura e Turismo – não existe diretor afeto a este departamento.

5.4.1 Departamento Jurídico e de Administração Geral

5.4.1.1 Divisão Jurídica e de Organização Municipal

Setor Técnico Jurídico, de Contraordenações e de Execuções Fiscais

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Escassos Recursos Materiais (Instrução de Processos de Contraordenação e de Execução Fiscal)	Aquisição de Plataforma informática para a instrução dos Processos de Contraordenação	Eliminação do Risco	Tramitação dos Processos de Contraordenação através da Plataforma	
Escassos Recursos Humanos (Instrução de Processos de Contraordenação e de Execução Fiscal)	Foram contratados 4 técnicos superiores para o Setor, (mas apenas 2 exercem funções no STJCEF)	Risco diminuiu	Número de Processos por Instrutor muito elevado	Novo Risco
Escassos Recursos Humanos (Instrução de Processos de Contraordenação e de Execução Fiscal)	Contratação de Assistente Técnico para apoio ao Setor	Risco diminuiu	Admissão de Assistente Técnico por Mobilidade	
Alguma disparidade nas coimas a aplicar (Instrução de Processos de Contraordenação e de Execução Fiscal)	Harmonização dos critérios de aplicação de coimas entre a dirigente da UO e os Instrutores dos Processos de Contraordenação	Risco diminuiu	Relatórios de Instrução e Decisões	

Setor de Expediente e Apoio Logístico

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Encaminhamento incorreto de quem acede aos serviços para obtenção de informações (Atendimento presencial e telefónico)	Garantir o perfeito conhecimento do funcionamento de todas as áreas municipais e atribuições das mesmas	Inexistência de reclamações		
Discriminação no atendimento (Atendimento presencial e telefónico)	Garantir o cumprimento da regra de atendimento sequencial de munícipes e das regras legalmente definidas para o atendimento preferencial	Inexistência de reclamações	Inexistência de reclamações	
Atribuição incorreta da classificação (Tratamento de correspondência física/eletrónica)	Manual de procedimentos	Diminuição do erro no registo de documentação	- Manual de procedimentos	
Extravio da documentação (Tratamento de correspondência física/eletrónica)	Obtenção de pastas para os estafetas transportarem a documentação	Diminuição das reclamações face à entrega nos serviços da documentação		Nova medida
Solicitação de tratamento prioritário de correspondência (Tratamento de correspondência física/eletrónica)	Definição clara e objetiva dos critérios de prioridade a cumprir no registo da documentação	Diminuição do tempo de resposta aos serviços	- Procedimento de registo documental – suporte físico/suporte eletrónico	

Setor de Arquivo Municipal e Arquivo Histórico

Riscos identificados	Medidas Adotadas	Resultados Após Medidas Adotadas	Evidências	Observações
Degradação dos documentos pelo excesso de manuseamento fora do Arquivo.	Aquisição do SGA-X-Arq	Aguarda a digitalização da documentação		
Falta de espaço nos depósitos.	As transferências só se realizam após os serviços se deslocarem ao Arquivo para selecionarem e autorizarem a eliminação da documentação (de acordo com a portaria 1253/2009)	A documentação a transferir vai ocupar o espaço da eliminada	Rentabilização do espaço pela reutilização nas novas transferências	Existem serviços municipais que não autorizam a eliminação da sua documentação, estando mesmo em conformidade com a Portaria em vigor.
Transferência de documentação não controlada por parte dos serviços municipais.	Deslocação aos serviços para verificar a documentação a transferir. Envio prévio das Guias de Remessa para análise.	Controle da documentação a receber	Diminuição da entrada de documentação sem valor arquivístico	

Riscos identificados	Medidas Adotadas	Resultados Após Medidas Adotadas	Evidências	Observações
Receção de inúmeras cópias relativas à correspondência recebida na CMO e seus anexos.	Circular n.º 1/DJOM/2024 “Procedimentos a adotar no envio para o SAMAH da correspondência recebida na CMO”	Recebimento apenas de documentos originais.	Conservação permanente apenas dos documentos originais. Rentabilização da unidade de instalação.	

Balcões da Loja do Cidadão Geridos pela CMO

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Tentativa por parte do cidadão em desrespeitar a chamada das senhas e a organização do espaço. (Atendimento ao público)	- Sensibilização do cidadão no contacto com a administração pública, explicando a necessidade de organização no atendimento.	Risco diminuiu.	.	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Tentativa de resolução de problemas com a administração pública de forma ilegal através de favorecimento. (Atendimento ao público)	- Confirmação ao cidadão que o desempenho das funções se pauta pela prossecução do interesse público, no respeito do código ético de trabalho, das normas, regras e procedimentos de serviço.	Risco é eliminado sempre que acontece.	.	
Pequenas gratificações. (Atendimento ao público)	- Sensibilização do cidadão para o facto de não se poder aceitar gratificações.	- O risco é eliminado sempre que acontece.		
Tentativa por parte do cidadão na escolha dos atendedores no atendimento.	- Sensibilização da equipa para não permitir interferências desse género no normal funcionamento do atendimento.	- O risco é eliminado sempre que acontece.		

Apoio ao Município

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Assuntos encaminhados diretamente para as UOs sem que as distribuições sejam inicialmente enviadas e tratadas pelo Apoio ao Município	Sensibilização dos colegas do SEAL (Setor de Expediente e Apoio Logístico) através do acompanhamento de situações particulares exemplificativas	Mantém -se a tendência regressiva no que se refere ao envio de EDOCs diretamente para os serviços, no entanto ainda ocorrem	Não existem evidências escritas, a situação é comunicada verbalmente ao SEAL com explicação das	Importa manter o acompanhamento e esclarecimento das situações pontuais que subsistem

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Receção de reclamações, sugestões, pedidos de informação de munícipes e articulação com as UO para análise)		situações com frequência baixa – risco manteve-se, ainda que baixo	situações em concreto.	
Deficiente comunicação entre o Município e os Munícipes por desvio de cumprimento de prazos ou prestação de informação deficitária por parte dos serviços	Implementação das respostas tipo conforme relatório do período anterior	Relativamente às respostas tipo verificou-se que esta medida manteve a tendência regressiva do período anterior mantendo-se pontualmente o não cumprimento de prazos por parte de algumas Uos.	Existem EDOCs que comprovam esta situação, no entanto devido ao elevado número de EDOC tratado pelo AM não se afigura razoável o envio dos mesmos	Importa manter o acompanhamento e esclarecimento das situações pontuais que subsistem no que se refere ao cumprimento de prazos por parte das Uos
Deficiente classificação/terminologia do assunto nas distribuições provenientes do SEAL	Alteração das terminologias/assunto por parte do SEAL com a colaboração do AM	Não obstante a alteração das terminologias por parte do SEAL mantém-se a incorreta designação dos assuntos em sede de EDOC	EDOCs cujo assunto refere “Reclamação – contato” sem referência à área de intervenção e assunto concreto dos docs	Deverá ser reavaliada a metodologia adotada

5.4.1.2 Divisão de Fiscalização Municipal

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
<u>Competências gerais da DFM</u> Desproporcionalidade das competências da Divisão face aos escassos recursos humanos Número elevado de solicitações dirigidas ao Setor de Fiscalização Perda de dois funcionários	Concretizaram-se as seguintes mobilidades: 1 Assistente Operacional para o Atendimento Geral 1 Assistente Técnico para o Setor de Fiscalização de Estacionamento 3 Técnicos Superiores para o Apoio Técnico e Jurídico Solicitada autorização superior para pedido de mobilidade de 2 Assistentes Técnicos (via BEP) Pedido de abertura de procedimento concursal para 4 Fiscais Municipais	Risco em minimização	EDOC/2023/94351 – Recrutamento de 4 fiscais municipais	
<u>Competências gerais da DFM</u> Encaminhamento incorreto de pedidos/reclamações à Fiscalização Municipal Solicitações de intervenção em demasia, em áreas e matérias que não são prioritárias ou não são sequer da competência do serviço, provocando entropia no sistema, excesso de	Melhor articulação com outros serviços da CMO, por forma a ponderar e redefinir regras para uma triagem mais eficaz para que as solicitações que não sejam da área de intervenção deste serviço, não sejam canalizadas para a DFM Afetação de mais um Técnico Superior ao núcleo Coordenação/Apoio Técnico para triagem	Risco em minimização	Mantiveram-se reuniões neste período de trabalho, com vista a garantir uma melhor triagem	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
trabalho e dificuldades em planear, priorizar e gerir o serviço				
<u>Atividade do Setor de Fiscalização e do Setor de Fiscalização de Estacionamento</u> Agressões físicas, psicológicas e perseguição a funcionários por parte do público-alvo das fiscalizações Desgaste emocional e psicológico	Reforço da segurança dos funcionários através da presença da PSP em ações de fiscalização diversas e julgadas pertinentes e/ou articulação com outras entidades (ASAE, AT, ISS, etc.) Realização de reuniões internas de apoio Rotatividade das equipas em turnos Registo de autos passou a ser efetuado em plataforma eletrónica, tornando mais robusto, organizado e transparente o processo de trabalho da fiscalização	Risco controlado, mas que se mantém no plano porque, atentas as funções desempenhadas, não é possível eliminar Risco controlado, mas que se mantém no plano porque, atentas as funções desempenhadas e o elevado volume de trabalho, não é possível de ser garantida a sua não ocorrência Risco controlado, mas que se mantém no plano	Foi solicitado, sempre que necessário, a colaboração das Autoridades Policiais, por forma a garantir a segurança dos funcionários nas operações efetuadas (ex. ações de fiscalização noturna, fiscalização de estacionamento, elaboração de embargos a obras ilegais, etc.) Aquisição de Plataforma Integrada de	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Pressões/Tentativas de ingerência no trabalho de fiscalização	Sensibilização e informação dos munícipes, no âmbito da fiscalização do estacionamento	porque, atentas as funções desempenhadas, não é possível de ser garantida a sua não ocorrência	Contraordenações (GIC) – Aquisição/DA/2021/8 – 17 licenças da DFM para acesso ao GIC. À data, todos os autos são registados na plataforma GIC Suite, para maior segurança e transparência Avisos à população sobre fiscalização de estacionamento	
<u>Atividade do LACMO</u> Acumulação de funções dos colaboradores do Laboratório de Acústica da CMO (LACMO), sendo simultaneamente colaboradores afetos ao Setor de Ruído e Setor Administrativo Geral. Desgaste/Possibilidade de falha na análise de processos considerando que	Adotados procedimentos para eliminação de acumulação de funções/conflitos de interesses. Ex: Os técnicos do LACMO deixaram de efetuar análise aos relatórios acústicos por si elaborados	Risco eliminado		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
a análise pode ser efetuada pela mesma pessoa/Falta de imparcialidade Eventual saída de recursos humanos do LACMO	Integração e formação de funcionários na vertente de qualidade e na vertente técnica	Risco em minimização	EDOC/2022/57284 – Formação para o LACMO na vertente qualidade. Realizada a 16 e 17/02/2023 EDOC/2023/58070 – Formação para o LACMO na vertente técnica. Realizada a 21/12/2023 Despacho n.º 59/PRES/2023, de 18/12/2023 – Designação de substituto de responsável da qualidade	
<u>Atividade do Setor Administrativo e do Setor Técnico-Jurídico</u> Incumprimento de prazos legalmente previstos nas diversas fases dos processos	Verificou-se após a implementação da figura do 'Gestor de Processo' e da distribuição de trabalho por freguesia, uma maior responsabilização dos funcionários do Setor Administrativo. Foi implementado também um circuito interno de tramitação processual,	Risco em minimização	Implementação de normas de controlo/organização interno, monitorização periódica dos procedimentos e reuniões de trabalho com funcionários	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
	que reduziu significativamente as pendências na DFM Reforço da equipa técnica e jurídica, cada uma delas com mais um elemento			
<u>Atividade do Setor Administrativo</u> Ausência de plataforma para gestão de processos de terrenos classificados como urbanos e florestais, que tem vindo a criar muitas dificuldades ao nível de controlo dos prazos e respetivas fases, não sendo fácil à DFM obter de forma célere relatórios estatísticos, não conseguindo gerir toda a informação dispersa na Divisão	Aferição de soluções para aquisição de plataforma para a gestão deste tipo de processos ou, em alternativa, o uso da vertente de processo da plataforma Link	Risco em minimização		

5.4.1.3 Divisão Financeira e de Aprovisionamento

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Incumprimento dos princípios orçamentais e/ou das regras previsionais previstas no POCAL e na LFL (Coordenar a elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município, promovendo o planeamento anual e plurianual de atividades, tanto na sua vertente operativa como orçamental)	Checklist com artigos relacionados que vigoram na lei	Risco diminuiu	_____	
Deficiente fundamentação de algumas rubricas da Receita e da Despesa (Coordenar a elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município, promovendo o planeamento anual e plurianual de atividades, tanto na sua vertente operativa como orçamental)	Registo das dotações e previsões conforme informação dos serviços e cumprimento das regras previsionais.	Risco diminuiu	_____	
Assunção de despesas em montante superior à receita efetiva (Assegurar os registos e procedimentos contabilísticos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos do modelo de gestão estabelecido no Município)	Controlo Interno; Regras de validação da receita orçamentada e da receita efetiva pelo sistema informático	Risco inexistente	Registos na aplicação medidata	
Receitas correntes inferiores às despesas Correntes (Coordenar a elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município, promovendo o planeamento anual e plurianual de atividades, tanto na sua vertente operativa como orçamental)	Validação valores no Orçamento Inicial e alterações.	Risco inexistente	Registos na aplicação medidata	
Não cumprimento do Regulamento de Fundos de Maneio	Controlo Interno; e Regulamento dos Fundos de	Risco diminuiu	_____	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Assegurar os registos e procedimentos contabilísticos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos do modelo de gestão estabelecido no Município)	Maneio.			
Aumento dos pagamentos em atraso: no final de cada mês os pagamentos em atraso não podem ser superiores aos verificados no final do mês anterior (art. 7º LCPA e art. 14ª DL 127/2012). (Acompanhar e controlar a execução dos Planos e Orçamentos, elaborar relatórios de avaliação dessa execução e promover medidas de reajustamento, sempre que se verifique a ocorrência de desvios entre o programado e o executado)	Verificação dos pagamentos em atraso através de conferência de mapa específico viabilizado pelo sistema informático SAP.	Risco inexistente	Registos na aplicação medidata	
Assunção de compromissos superiores ao montante dos fundos disponíveis, a muito curto prazo (art. 5º LCPA e art. 7º DL 127/2012). (Acompanhar e controlar a execução dos Planos e Orçamentos, elaborar relatórios de avaliação dessa execução e promover medidas de reajustamento, sempre que se verifique a ocorrência de desvios entre o programado e o executado)	Cálculo fundos disponíveis conforme estipulado na LCPA.	Risco inexistente	Mapa Excel com o controle dos compromissos assumidos	
	Cativar 25% do montante mensal de Fundos Disponíveis	Risco inexistente	Mapa Excel com o controle dos compromissos assumidos	
Erros de cálculo do montante dos fundos disponíveis (art. 3º LCPA e art. 5º DL 127/2012). (Acompanhar e controlar a execução dos Planos e Orçamentos, elaborar relatórios de avaliação dessa execução e promover medidas de reajustamento, sempre que se verifique a ocorrência de desvios entre o programado e o executado)	Conferência mensal das receitas previsionais dos 6 meses subsequentes.	Risco inexistente	Mapa Excel com o controle dos compromissos assumidos	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Registo de faturas ou documento equivalente sem compromisso ou com compromisso insuficiente (POCAL, alínea e), pt. 2.3.4.2). (Acompanhar e controlar a execução dos Planos e Orçamentos, elaborar relatórios de avaliação dessa execução e promover medidas de reajustamento, sempre que se verifique a ocorrência de desvios entre o programado e o executado)	Validação automática pelo sistema informático do n.º de compromisso, aquando do registo da fatura	Risco diminuiu	_____	
Emissão de ordem de pagamento de despesas não autorizadas devidamente (Acompanhar e controlar a execução dos Planos e Orçamentos, elaborar relatórios de avaliação dessa execução e promover medidas de reajustamento, sempre que se verifique a ocorrência de desvios entre o programado e o executado)	Registo das ordens de pagamento com fundamentação documental.	Risco diminuiu	_____	
Realização de pagamentos em duplicado (Acompanhar e controlar a execução dos Planos e Orçamentos, elaborar relatórios de avaliação dessa execução e promover medidas de reajustamento, sempre que se verifique a ocorrência de desvios entre o programado e o executado)	Validação automática pelo sistema informático do n.º da fatura.	Risco inexistente	_____	
Duplicação de informação na base de dados de fornecedores (Acompanhar e controlar a execução dos Planos e Orçamentos, elaborar relatórios de avaliação dessa execução e promover medidas de reajustamento, sempre que se verifique a ocorrência de desvios entre o programado e o executado)	Obrigatoriedade de registo e pesquisa dos fornecedores através do n.º de contribuinte.	Risco diminuiu	_____	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Pagamentos sem confirmação de não dívida à Segurança Social e Finanças (artigo 61.º do DL 50- A/2007, 06/03). (Acompanhar e controlar a execução dos Planos e Orçamentos, elaborar relatórios de avaliação dessa execução e promover medidas de reajustamento, sempre que se verifique a ocorrência de desvios entre o programado e o executado)	Validação automática pelo sistema informático da data das declarações de não dívida	Risco diminuiu	_____	
Elaboração de alterações orçamentais que ponham em causa o equilíbrio orçamental. (Acompanhar e controlar a execução dos Planos e Orçamentos, elaborar relatórios de avaliação dessa execução e promover medidas de reajustamento, sempre que se verifique a ocorrência de desvios entre o programado e o executado)	Princípio instituído nas normas de execução do orçamento – reforço das despesas correntes não pode ser efetuado por dedução das despesas de Capital. Elaboração do mapa em excell relativo ao cumprimento deste princípio em todas as alterações orçamentais.	Risco diminuiu	_____	
Divergência entre o valor cobrado e a emissão de guias de receita (Proceder à liquidação das receitas municipais sempre que esta tarefa não esteja cometida a outros Serviços)	Conferência diária dos mapas de cobrança dos postos emissores de receita e guias de receitas Impressas.	Risco diminuiu	_____	
Existência de postos de cobrança que não apresentam sistemas de identificação de notas falsas (Proceder à liquidação das receitas municipais sempre que esta tarefa não esteja cometida a outros Serviços)	O DGOU é o único posto de cobrança que apresenta detetor de notas falsas.	Risco diminuiu	_____	Não foi identificada nenhuma nota falsa no ano de 2023

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Apropriação indevida de valores cobrados ao cliente / contribuição / utente, ou fundo de caixa (Proceder à liquidação das receitas municipais sempre que esta tarefa não esteja cometida a outros Serviços)	Conferência diária dos mapas de cobrança dos postos emissores de receita e guias de receitas impressas	Risco diminuiu	_____	
Os valores recebidos na Loja do Cidadão, Piscinas Municipais e Pavilhão Multiusos, e no Veterinário Municipal são transportados por um funcionário até à Tesouraria (DFA), não existindo qualquer seguro de transporte de valores. (Proceder à liquidação das receitas municipais sempre que esta tarefa não esteja cometida a outros Serviços)	Constituição de seguro para fazer face ao risco de roubo ou perda de valores			
Falta de depósito diário dos valores cobrados (Proceder à liquidação das receitas municipais sempre que esta tarefa não esteja cometida a outros Serviços)	Cumprimento da Norma de Controlo Interno			
Disponibilidades em caixa superiores às necessidades diárias (Proceder à liquidação das receitas municipais sempre que esta tarefa não esteja cometida a outros Serviços)	Cumprimento da Norma de Controlo Interno			
Falta de prestação de contas dos Setores Alheios à Tesouraria (Proceder à liquidação das receitas municipais sempre que esta tarefa não esteja cometida a outros Serviços)	Cumprimento da Norma de Controlo Interno			
Incumprimento de prazos no reporte da informação à Administração Central (DGAL, DGO, TC...)	Despachos Internos do Sr. Presidente e/ou Legislação	Risco diminuiu		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Organizar a Conta de Gerência e elaborar o respetivo relatório)				
Não cumprimento dos prazos legais do dever de informação no que respeita aos documentos anuais de prestação de contas do Município. (Organizar a Conta de Gerência e elaborar o respetivo relatório)	Calendarização dos trabalhos de prestação de contas de acordo com a data-limite para agendamento da respetiva proposta em reunião do Executivo Camarário para que, até ao final de abril, as contas sejam remetidas para a Assembleia Municipal	Risco diminuiu		
Inexatidão das informações enviadas através do SIAL – Sistema Integrado de Informação da Administração Local (Lei Finanças Locais – 2/2010, 15/01, artigo 50.º). (Organizar a Conta de Gerência e elaborar o respetivo relatório)	Conferência dos mapas de envio obrigatório	Risco diminuiu		
Falta de cumprimento de prazos na apresentação dos documentos de prestações de contas e das contas consolidadas (art. 47º LFL). (Organizar a Conta de Gerência e elaborar o respetivo relatório)	Cumprimento da Legislação em vigor	Risco Inexistente		
Falta de informação de gestão para apoio à tomada de decisão (Organizar a Conta de Gerência e elaborar o respetivo relatório)	Prestação de informação periódica e sempre que solicitada	Risco Inexistente		
Insuficiente fundamentação do recurso ao ajuste direto (quando baseado em critérios materiais).	Análise prévia e pedido de fundamentação aos serviços.	Risco diminuiu		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Assegurar as atividades de aprovisionamento municipal em bens e serviços necessários à execução eficiente e oportuna das atividades planeadas, respeitando os melhores critérios de gestão económica, financeira e de qualidade)				
No âmbito do ajuste direto propor o convite, ou convidar, entidades a apresentar proposta que tenham excedido os limites definidos no CCP (Proceder, ao lançamento de todos os concursos ou outros processos de aquisição, para fornecimento de bens e serviços, devidamente autorizados)	Consulta de base de dados. Validação por sistema informático. Evidência no processo que houve consulta, explicitação dos dados encontrados	Risco diminuiu		
Ausência ou deficiente fundamentação das propostas de aquisição (Proceder, ao lançamento de todos os concursos ou outros processos de aquisição, para fornecimento de bens e serviços, devidamente autorizados)	Verificação da fundamentação	Risco diminuiu		

5.4.1.4 Divisão de Recursos Humanos e Formação

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Utilização excessiva do recurso a trabalho suplementar como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços (Processamento de vencimentos e outros abonos)	Foi definido um plafond por cada serviço, como princípio orientador do recurso ao trabalho suplementar e sensibilizados os/as respetivos/as dirigentes para a importância do cumprimento ou redução desse plafond	O trabalho suplementar reduziu	Mapa de custos relativos ao trabalho suplementar de 2023	
Classificação e atribuição incorreta dos códigos utilizados para processamento de vencimentos nos programas de gestão de pessoal Medidata e Datelka (Controlo da assiduidade, férias, faltas e licenças)	Após a importação do ficheiro do sistema de assiduidade e do lançamento dos mapas do PND, procede-se à conferência dos códigos com a área dos vencimentos.	Verifica-se um menor número de correções e reposições, após o processamento mensal dos vencimentos.		
Aplicação incorreta da lei no controlo da assiduidade, férias, faltas e licenças – diferenciação de critérios na avaliação de situações idênticas	Uniformização de procedimentos face a legislação em vigor	Adoção de procedimentos uniformes de acordo com base legal com vista à redução de		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Controlo da assiduidade, férias, faltas e licenças)		diferentes interpretações		
Não cumprimento dos prazos de entrega de comprovativos e justificações de ausências por parte dos trabalhadores e dirigentes (Controlo da assiduidade, férias, faltas e licenças)	Envio de emails para os/as dirigentes e trabalhadores/as, com listagem das situações pendentes de regularização	Redução/eliminação do número de situações irregulares	Emails e recibos de vencimento	
Arquivo deficiente ou inexistente de todos os documentos que devem ser guardados no processo individual (Processos Individuais)	Sensibilização de todos os elementos da Divisão para o correto arquivamento dos documentos no processo individual	O risco do documento não ser arquivado no processo individual diminuiu		
Desigualdade no acesso às ações de formação interna (Formação)	Promover a igualdade de acesso através da divulgação de ações de formação a todos/as os/as trabalhadores/as (recibos/emails) Convocatória dos/as trabalhadores/as que manifestaram necessidades de formação; Organização de formação em formato presencial, no caso dos/as Assistentes Operacionais que têm por	Registou-se uma redução da desigualdade de acesso	Recibos de Vencimento; Emails de Divulgação; Intranet	Para diminuir a desigualdade de acesso estamos a promover ações descentralizadas nas Escolas em formato presencial. Disponibilizamos também formação interna para o acolhimento e integração

[illegible]

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
	Criação de um regulamento com vista criação de uma Bolsa de mobilidade interna de trabalhadores/as	Aguarda-se apreciação superior para implementação da medida.		
Deficiente controlo dos términos dos contratos de trabalho a termo resolutivo certo, mobilidades internas e prestações de serviços (Recrutamento e Seleção de Pessoal)	Criação de alertas informáticos que permitam antecipadamente verificar o término dos prazos.			

5.4.1.5 Divisão de Licenciamentos e Desenvolvimento Económico

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Instabilidade legislativa, desatualização da regulamentação e redefinição de fluxos e procedimentos administrativos; Pedidos incorretamente instruídos por falta de entrega de algum dos elementos legalmente exigíveis. (Instrução de processos no âmbito do Licenciamento Zero e do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração.) (Instrução de processos no âmbito de Sistema de Indústria Responsável – SIR.) (Instrução de processos no âmbito do licenciamento municipal da atividade de Táxi) (Instrução de pedidos de licenciamento diversos (licença especial de ruído, licenças de funcionamento de recinto improvisado/itinerante, autorização para a utilização de vias públicas para atividades desportivas, festivas ou outras)	Revisão de vários regulamentos municipais; Disponibilização nos postos de atendimento, de informação e formulários tipo relativos aos pedidos de licenciamento de atividade económica ou outra; Notificação aos requerentes para apresentação dos elementos instrutórios em falta num prazo determinado.	Foram aprovados novos regulamentos municipais, nomeadamente do comércio a retalho não sedentário e dos mercados municipais de Odivelas; Os pedidos de licenciamento são apresentados nos formulários disponibilizados; Verifica-se o cumprimento dos prazos concedidos para apresentação dos elementos instrutórios em falta	Disponibilização dos regulamentos aprovados no sítio do Município de Odivelas: https://www.cm-odivelas.pt/cmodivelas/uploads/document/file/8125/regulamento_do_comercio_a_retalho_nao_sedentario_do_municipio_de_odivelas.pdf https://www.cm-odivelas.pt/cmodivelas/uploads/document/file/8124/regulamento_dos_mercados_municipais_de_odivelas.pdf Disponibilização de formulários no sítio do Município de Odivelas: https://www.cm-odivelas.pt/areas-de-	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Articulação com as Juntas de Freguesia no que se refere ao exercício de competências delegadas no âmbito dos licenciamentos)			<u>intervencao/atividades-economicas/requerimentos</u>	
Incumprimento de prazos dos pedidos de Inspeção periódica de elevadores por parte das administrações dos prédios e escassos meios para fiscalização do cumprimento da legislação neste setor. (Instruir e acompanhar os processos de manutenção e inspeção de ascensores, monta cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes.)	Melhorar a articulação entre os serviços da Divisão com as entidades prestadoras de serviços de manutenção a ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, no sentido de sinalizar os atrasos na apresentação de pedidos de inspeção;	Tem-se intensificado a colaboração por parte das empresas de manutenção de ascensores (EMA) através do envio de listagens dos equipamentos na respetiva carteira de responsabilidade – exemplos em anexo. Verifica-se, por norma, uma resposta positiva e dentro dos prazos das notificações para apresentação de pedidos de IP	Cópias de cartas de EMA	
Tecido empresarial local pouco motivado para apoiar e patrocinar iniciativas municipais. (Assegurar apoios e patrocínios para iniciativas Municipais)	Publicação de estudo sobre a atividade económica de Odivelas com vista a direcionar a intervenção municipal para os reais interesses do tecido empresarial local;	Grande adesão dos empresários à participação no estudo sobre a atividade económica de Odivelas Lançamento da Aginvest Odivelas e respetivo funcionamento	O estudo foi realizado e encontra-se publicitado no sítio oficial do Município: https://www.cm-odivelas.pt/cmodivelas/uploads/document/file/9169/20221205_pde_odivelas_vf.pdf	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
	Criação da Agência para o Investimento e Desenvolvimento de Odivelas – Aginvest Odivelas Realização de eventos de massas	Execução de eventos de massa e de distinção, como são os casos da iniciativa “Compras ao Luar” ou da iniciativa “Odivelas Reconhece”	Lançamento da Aginvest Odivelas: https://www.cm-odivelas.pt/autarquia/noticias/noticia/camara-municipal-de-odivelas-lanca-aginvest-odivelas Realização da iniciativa Compras ao Luar: https://www.cm-odivelas.pt/autarquia/noticias/noticia/compras-ao-luar-voltam-a-promover-o-comercio-local-em-odivelas Realização da iniciativa “Odivelas Reconhece” – https://www.cm-odivelas.pt/autarquia/noticias/noticia/camara-municipal-distinguiu-79-empresas-do-concelho	

5.4.1.6 Divisão de Gestão Patrimonial
1.Setor de Património Municipal (SPM)

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Não deteção de situações de ocupação indevida do património municipal (Instrução de processos de gestão corrente do património imóvel municipal)	Articulação com outras unidades orgânicas	Risco diminuiu		
Utilização de propriedades sem título jurídico legitimador da ocupação (Instrução de processos de gestão corrente do património imóvel municipal)	Articulação com outras unidades orgânicas	Risco diminuiu		
Não deteção de falta de limpeza e/ou vedação do património municipal (Instrução de processos de gestão corrente do património imóvel municipal)	Articulação com a Divisão de Ambiente	Risco diminuiu		
Falta de intervenção recuperação/valorização de imóveis municipais (Instrução de processos de gestão corrente do património imóvel municipal)		Risco diminuiu		
Não cumprimento, ou insuficiente cumprimento, pelos procedimentos estabelecidos	Reforço na colaboração de outras unidades orgânicas na partilha de informação.	Risco diminuiu		Revisão de regulamentação de inventário e cadastro

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Inventariação e controlo do imobilizado (incluindo etiquetagem de bens móveis e identificação de bens imóveis))				
Ineficiência gerada pela inflexibilidade da base de dados Recolha e cruzamento da informação necessária ao inventário (Inventariação e controlo do imobilizado (incluindo etiquetagem de bens móveis e identificação de bens imóveis))	Controlo físico regular dos bens	Risco diminuiu		Existe necessidade de reforço de recursos humanos
Insuficiente conhecimento pela organização, bem como pela população, do imobilizado municipal (existe conhecimento por parte da organização, nomeadamente pela websigmo e relatórios de prestação de contas) (Inventariação e controlo do imobilizado (incluindo etiquetagem de bens móveis e identificação de bens imóveis))	Responsabilização das UO pelo incumprimento dos procedimentos estabelecidos; Fornecimento de informação completa e georreferenciada, à organização e à população, do que integra o imobilizado municipal.	Risco diminuiu		Existe necessidade de reforço de recursos humanos
Insuficiente recolha e cruzamento de informação necessária ao inventário (Inventariação e controlo do imobilizado (incluindo etiquetagem de bens móveis e identificação de bens imóveis))	Responsabilização das UO pelo incumprimento dos procedimentos estabelecidos.	Risco diminuiu		Revisão de regulamentação de inventário e cadastro; Existe necessidade de reforço de recursos humanos

5.4.2 Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Não verificação à priori de situações de impedimento ou suspeição da intervenção de trabalhadores em processos de operações urbanísticas (Assegurar a instrução e análise dos procedimentos relativos a operações urbanísticas)	Verificação de eventuais conflitos de interesses de trabalhadores da CMO, que intervenham nos procedimentos de operações urbanísticas	Risco diminuiu	Não existem registos de conflitos, de acordo com informação da DRHF	
Deficiente fundamentação dos atos praticados no âmbito das operações urbanísticas (Assegurar a instrução e análise dos procedimentos relativos a operações urbanísticas)	Melhoria da fundamentação dos atos praticados no âmbito das operações urbanísticas, com indicação de todos os condicionalismos legais que incidem sobre as mesmas, através da elaboração de templates pré-definidos na aplicação de gestão de processos, de acordo com as operações urbanísticas, e atualizados em função das alterações legislativas	Risco inexistente	Registo de reclamações sobre fundamentação dos atos nulos. Templates pré-definidos no E-Urban (aplicação de gestão de processos) em função da operação urbanística e fase do procedimento	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Deficiente acompanhamento das obras em curso com consequências na não deteção atempada de desconformidades e da prática de ilícitos contraordenacionais (Acompanhamento e fiscalização de obras)	Melhoria da atividade fiscalizadora da CMO, através da elaboração de planos de fiscalização e acompanhamento de obras, com definição das situações a fiscalizar, bem como a sua prioridade	Risco diminuiu	Maior número de ações de fiscalização efetuadas e registadas em contexto de Acompanhamento de Obra	
Divulgação ou uso indevido de informação restrita ou de carácter pessoal devido á excessiva permeabilidade de acessos internos aos sistemas de gestão documental e processual (Receção e tratamento de pretensões de particulares relacionadas com operações urbanísticas, ocupação de via pública e elaboração de instrumentos de gestão e planeamento)	Sensibilização dos funcionários, em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos funcionários, bem como definição de informações passíveis de serem prestadas aos munícipes em cada fase de um procedimento	Risco inexistente	Diminuição das situações detetadas face à redução de contactos diretos com munícipes inerentes à implementação de novos canais de atendimento / prestação de informação	
Divulgação, eliminação, sonegação, manipulação ou uso indevido de informação de uso restrito		Risco inexistente	Todos os procedimentos urbanísticos tramitam em sistemas de gestão eletrónicos, ficando	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Promover a análise e a elaboração de estudos e planos de reconversão e legalização de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI))	Sensibilização dos funcionários, em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos funcionários		registada, em histórico, qualquer interação dos utilizadores quer em registos / documentos, quer em distribuições / pedidos e/ou processos, pelo que o risco de eliminação e/ou manipulação de documentos, é quase nula	
Discrecionariade na elaboração de planos, propostas, pareceres, etc., que poderão propiciar o favorecimento ou desfavorecimento de interessados. (Assegurar os procedimentos de elaboração de estudos e planos de ordenamento do território e de requalificação urbana)	Implementação de sistemas de bases de dados e implementação de uma gestão de processos de forma eletrónica, bem como elaboração de regulamentos de controlo interno para redução dos riscos identificados	Risco inexistente	Todos os procedimentos urbanísticos são registados e tramitam em sistemas de gestão eletrónicos, e são analisados por ordem de entrada / registo.	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Não disponibilização de informação competente, em tempo útil.	Disponibilização no site do de informação habilitante sobre todos os Instrumentos de gestão Territorial, para consulta dos Municípios.	Risco diminuiu	Todos os IGT's estão disponíveis para consulta na <u>Página do Urbanismo</u> no site do Município. Estes documentos são alvo de constante atualização por parte dos serviços, sempre que se justifique.	
Deficiente informação quanto à instrução de pedidos no âmbito das competências do DGOU	Disponibilização de formulários relativos a cada pedido, bem como de fichas de instrução normalizadas, relativas aos elementos instrutórios aplicáveis a cada procedimento, que facilitam a instrução de pedidos pelos municípios.	Risco diminuiu	Todos os Formulários, Minutas e Fichas de Instrução do DGOU, estão disponíveis para consulta na <u>Página do Urbanismo</u> no site do Município. Estes documentos são alvo de constante atualização por parte dos serviços, sempre que se justifique.	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Deficiente informação quanto à submissão de pedidos no âmbito das competências do DGOU	Desenvolvimento e disponibilização de uma aplicação online, que permite a submissão de pedidos completamente desmaterializada, de forma segura e transparente, com um sistema de cálculo automático de taxas, a serem liquidadas através de referências Multibanco.	Risco inexistente	Plataforma “ <u>BALCÃO ELETRÓNICO</u> ”, disponível no site do Município, bem como os respetivos Manuais: • <u>Manual de Utilização Plataforma URBANISMO DIGITAL</u>; • <u>Manual de Organização de Ficheiros Digitais</u>	
Incumprimento de Prazos legais e deficiente informação quanto ao estado e andamento de procedimentos no âmbito das competências do DGOU	A submissão e tramitação de pedidos online, através das plataformas desenvolvidas para o efeito, passou a permitir uma maior celeridade na tramitação de processos, com o consequente aumento da produtividade dos serviços, através da otimização de recursos e simplificação de procedimentos. No seguimento do	Risco inexistente	Atualmente já se encontram em funcionamento as notificações automáticas sobre o estado e andamento de pedidos meramente administrativos (cópias, certidões, etc), sendo que em breve, esta medida será alargada a	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
	desenvolvimento do upgrade da aplicação de tramitação interna (eUrban), será ainda possível ao requerente, acompanhar a tramitação do seu pedido, através de um sistema de alertas automáticos, enviados via email, sempre que ocorra alguma alteração ao estado e andamento do mesmo.		todos os procedimentos no âmbito das competências do DGOU, desde que submetidos no <u>"BALCÃO ELETRÓNICO"</u>	

5.4.2.1 Divisão de Licenciamento de Obras Particulares

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Não verificação <i>a priori</i> de situações de impedimento ou suspeição da intervenção de trabalhadores em processos de operações urbanísticas. (Rececionar, instruir e analisar pedidos de realização de operação urbanística)	Sensibilização dos funcionários que procedem ao saneamento liminar, análise de processos e acompanhamento de obra	Risco diminuto	Não existe registo de conflito oriundo da DRHF	
Deficiente fundamentação dos atos praticados no âmbito das operações urbanísticas (Rececionar, instruir e analisar pedidos de realização de operação urbanística)	Inserção de informações tipo para cada tipo de análise, que contenha já o enquadramento legal de cada uma delas	Risco diminuiu	Inexistência de reclamações ou reclamação sobre a fundamentação dos atos	
Insuficiente acompanhamento do cumprimento dos prazos procedimentais (Rececionar, instruir e analisar pedidos de realização de operação urbanística)	Verificação periódica das listas de trabalho pendente e em acompanhamento	Risco diminuiu	Introdução de alertas nos sistemas eletrónicos para extinção de prazos e rotinas frequentes de verificação	
Insuficientes mecanismos de controlo na distribuição de processos pelos trabalhadores	Verificação periódica das rotinas de distribuição e sua eficiência	Risco diminuiu	Listagem de distribuição sucessiva, na	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Rececionar, instruir e analisar pedidos de realização de operação urbanística)			sequência das entradas	
Divulgação ou uso indevido de informação restrita, excessiva permeabilidade de acessos internos aos sistemas de gestão de documentação e de gestão processual (Rececionar, instruir e analisar pedidos de realização de operação urbanística)	Reduzir as permissões de acesso ao universo de trabalhadores que necessitam da informação para nela trabalhar NOVA - Sensibilização dos colaboradores para a matéria NOVA - Introdução de indicadores de estado de processo, acessível a qualquer requerente relativamente ao seu processo e de forma remota	Risco diminuiu	Os Municípios contactam os serviços para dar resposta ao que ainda vai ser solicitado pelos técnicos que analisam os processos de construção	Em análise, face ao upgrade do sistema eletrónico pela empresa responsável pelo desenvolvimento do software – Link Consulting
Excessivo acesso dos requerentes ao corpo técnico, quer telefonicamente, quer presencialmente (Rececionar, instruir e analisar pedidos de realização de operação urbanística)	Implementação de uma maior política de informações por escrito, realização de reuniões telefónicas ou vídeo conferência	Risco diminuiu	A realização de reuniões sem ser presenciais tem reduzido a pressão no corpo técnico, pois tendem a ser mais objetivas e menos demoradas	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Insuficiência de recursos humanos e físicos que permitam a implementação de um eficiente plano de acompanhamento que detete e promova a verificação atempada da conformidade da obra e o seu embargo da prática de ilícito. (Acompanhamento e Verificação de Obra)	Aumentar o nº de funcionários afetos ao setor, aumentar o nº de viaturas afetas ao setor NOVA - Elaboração de plano de trabalho, com introdução de alertas relativamente a prazos de visita a obra	Risco diminuiu	Muitas obras tendem a ter insuficiente acompanhamento, evitando situações posteriores de difícil resolução	Entrada de dois novos colaboradores para o SAVO Pedidas duas novas viaturas
Ausência de tratamento eficaz de reclamações e queixas apresentadas, por insuficiência de recursos humanos e físicos para verificação atempada (Acompanhamento e Verificação de Obra)	Aumentar o nº de funcionários afetos ao setor, aumentar o nº de viaturas afetas ao setor	Risco diminuiu	Aparente falta de resposta atempada dos serviços	Entrada de dois novos colaboradores para o SAVO.
Divulgação ou uso indevido de informação restrita. Excessiva permeabilidade de acessos internos aos sistemas de gestão de documentação e de gestão processual (Verificação das condições para atribuição da Autorização de Utilização)	Reduzir as permissões de acesso ao universo de trabalhadores que necessitam da informação para nela trabalhar Sensibilização dos colaboradores para a matéria Introdução de indicadores de estado de processo, acessível a qualquer requerente relativamente ao seu processo e de forma remota	Risco diminuiu	Os Municípios contactam muitas vezes os serviços para dar resposta ao que ainda vai ser solicitado pelos técnicos do Acompanhamento de Obra	Em análise, face ao upgrade do sistema eletrónico pela empresa responsável pelo desenvolvimento do software – Link Consulting

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Insuficiência de recursos humanos e físicos que permitam a implementação de um célere plano de verificação (Verificação das condições para atribuição da Autorização de Utilização)	Aumentar o nº de funcionários afetos ao setor, aumentar o nº de viaturas afetas ao setor NOVA - Elaboração de plano de trabalho, com introdução de alertas relativamente a prazos de visita a obra	Risco diminuiu		Entrada de dois novos colaboradores para o SAVO Pedidas duas novas viaturas
Erros no cálculo das taxas aplicáveis (Verificação das condições para atribuição da Autorização de Utilização)	Elaborada nova ficha de medição que reduz para um único interveniente no cálculo, evitando erros de transposição de informação	Risco diminuiu	Inexistência de erro humano de transposição de dados desde que foi implementada a nova ficha	

5.4.2.2 Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Existência de situações de impedimento ou suspeição da intervenção de colaboradores em processos de operações urbanísticas. (Instruir e informar, em conformidade com o Plano Diretor Municipal, outros regulamentos e instrumentos de planeamento em vigor e demais legislação aplicável todos os procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas da competência dos órgãos municipais ou sobre os quais estes devam pronunciar-se)	Verificação de conflito de interesses de colaboradores da C.M.O, que intervenham nos procedimentos de operações urbanísticas. Promoção de sessões de esclarecimento sempre que se detetam desvios à regra padrão de análise.	Risco inexistente	Não existe registo de conflito de acordo com a informação da DRHF.	
Deficiente fundamentação dos atos praticados no âmbito das operações urbanísticas. (Instruir e informar, em conformidade com o Plano Diretor Municipal, outros regulamentos e instrumentos de planeamento em vigor e demais legislação aplicável todos os procedimentos de	Fundamentação dos atos praticados no âmbito das operações urbanísticas, todos os condicionamentos legais que impendem sobre as mesmas, recorrendo a formulários elaborados em função das operações urbanísticas e atualizados em função das alterações legislativas.	Risco diminuiu	Templates disponíveis no eUrban em função da operação urbanística e fase do procedimento.	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
controlo prévio de operações urbanísticas da competência dos órgãos municipais ou sobre os quais estes devam pronunciar-se).	Frequência em ações de formação e sensibilização em áreas como o direito do urbanismo e a elaboração de pareceres.			
Insuficientes mecanismos de controlo na distribuição de processos pelos colaboradores. (Instruir e informar, em conformidade com o Plano Diretor Municipal, outros regulamentos e instrumentos de planeamento em vigor e demais legislação aplicável todos os procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas da competência dos órgãos municipais ou sobre os quais estes devam pronunciar-se).	Estabelecimento de regras formais de distribuição de processos que permitam assegurar a rotatividade e variabilidade, de funções dos colaboradores intervenientes nos processos.	Risco diminuiu		Os procedimentos a decorrer em Edoclink e eUrban são analisados por ordem de chegada.
Divulgação, eliminação, sonegação, manipulação ou uso indevido de informação confidencial. (Gerir os procedimentos administrativos relativos a operações de loteamento, obras de urbanização, bem como obras particulares, até à receção definitiva e admissão de comunicações prévias).	Formação/sensibilização dos trabalhadores, em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos trabalhadores. Melhoramento das aplicações informáticas existentes para gestão dos procedimentos administrativos, com registo histórico dos intervenientes.	Risco diminuiu		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Dificuldade no cumprimento dos prazos quando simultaneamente ocorrem vários procedimentos. (Promover a elaboração de planos e estudos necessários à recuperação e legalização dos diversos aglomerados ilegais, nos termos da Lei, na modalidade de reconversão de iniciativa municipal).	Instituição de mecanismos que habilitem a um acompanhamento eficaz dos procedimentos e o cumprimento dos prazos, implementando medidas corretivas sempre que necessário.	Risco diminuiu	1 - Procedimentos urbanísticos desmaterializados (eUrban e Edoclink). Expediente diverso a decorrer em formato digital (Edoclink). 2 – Submissão online de todos os procedimentos urbanísticos e expediente diverso (Balcão Digital).	Medidas implementadas desde 2015 e alargada a todo o expediente diverso desde março de 2020. Em junho de 2022 é implementada a plataforma de submissão de procedimentos online, que passa a abranger todos os procedimentos urbanísticos e expediente diverso em setembro de 2022. A aplicação eUrban é alterada em julho de 2023 de modo a decorrer em Edoclink,

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
				integrando, entre outras funcionalidades, as consultas internas.
Requerimentos incompletos quanto à documentação legal e técnica exigível. (Apoiar, por enquadramento e/ou atribuição de comparticipações financeiras, a execução de obras de urbanização nas AUGI ou áreas equivalentes, recorrendo a meios próprios ou às comissões de administração conjunta, e utilizando instrumentos municipais, nomeadamente os protocolos de delegação de competências e a atribuição de subsídios).	Atualização/melhoria dos formulários-tipo para cada operação urbanística, com menção expressa da documentação legal e técnica exigível sempre que se justifique. Ações de sensibilização dos intervenientes na receção da documentação.	Risco diminuiu	Formulários disponíveis no sítio do Município na internet www.cm-odivelas.pt	
Ausência de um eficaz sistema de controlo de liquidação de taxas municipais dos processos. (Elaborar alvarás de licença de loteamento e de obras de urbanização)	Disponibilização de folhas de cálculo relativas às liquidações de taxas, atualizadas em função das alterações ao RTORM. Instituição de mecanismo de controlo sobre processo de liquidação.	Risco diminuiu		O cálculo das taxas é sujeito a verificação por técnico diferente.
Deficiente identificação dos diversos intervenientes nos procedimentos;	Instituição como regra escrita a identificação clara de todos os intervenientes nos procedimentos.	Risco inexistente	Com as aplicações Edoclink e eUrban, é possível identificar todos os	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Elaborar alvarás de licença de loteamento e de obras de urbanização).	Melhoramento das aplicações informáticas existentes para gestão dos procedimentos administrativos, com registo histórico dos intervenientes.		intervenientes no processo, desde a sua entrada até à notificação da decisão e arquivo do mesmo.	
Não disponibilização de informação competente, em tempo útil. (Emitir parecer técnico sobre os pedidos de execução de obras por operadores de infraestruturas em espaço de domínio público).	1 - Disponibilização de formulários-tipo relativos aos pedidos de informação procedimental, bem como de formulários-tipo relativos à apresentação de todos os modelos inerentes ao licenciamento, que facilitem a utilização deste tipo de instrumento por parte do particular. 2 - Disponibilização no sítio do Município na internet de informação habilitante para minimizar pedidos de consulta e esclarecimentos ao abrigo do direito à informação.	Risco diminuiu	1 - https://www.cm-odivelas.pt/areas-de-intervencao/urbanismo/mapas-interativos-e-alvaras-de-loteamento 2 – Medida implementada a 09/04/2021	
Ausência de um eficaz sistema de registo e controlo da informação da regularização de taxas.	Disponibilização de Manual de Utilizador realizado internamente e respetiva formação dos utilizadores da ferramenta de trabalho para registo e controlo da reposição da legalidade urbanística.	Risco diminuiu	Manual de utilizador revisto em dezembro de 2023 em conformidade	Adquirir uma aplicação informática que permita o controlo diário das receitas

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Assegurar o controlo da regularização das taxas municipais e legalização das edificações)			com as atualizações promovidas na ferramenta de registo.	municipais entre o serviço emissor e a cobrança na tesouraria

5.4.2.3 Divisão de Planeamento Urbanístico

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Reduzida probabilidade de ocorrer discricionariedade na elaboração de Planos, Estudos, Projetos, que poderão propiciar o favorecimento ou desfavorecimento dos interessados	Registo de entrada dos elementos na aplicação EDOCLINK e EURBAN, com georreferenciação; registo de processos em plataforma digital com georreferenciação nas várias fases. Implementação do MUNISIG – Sistema de Informação Georreferenciada e Cartográfico. Atualização de informação geográfica disponível na página da CMO. Disponibilização aos munícipes de acesso direto à informação cartográfica para instrução de processos de operações urbanísticas, no Balcão Eletrónico do Urbanismo. https://geo.cm-odivelas.pt/MuniSIG/Html5Viewer/Index.html?configBase=https://geo.cm-odivelas.pt/MuniSIG/REST/sites/O_Planta_de_Localizao/viewers/Plantas_de_Localizao/virtualdirectory/Resources/Config/Default Divulgação sistemática e atualizada no site da CMO de alvarás de loteamento e cartografia de risco de apoio ao planeamento e gestão urbanística.	Risco diminuto da possibilidade de interferência na produção indevida dos elementos cartográficos. Risco diminuto da possibilidade de ocorrer eventual discricionariedade na elaboração dos IGT/Planos de modo a reduzir ou quase anular fatores que poderão propiciar o favorecimento	Registo e tramitação na aplicação EDOCLINK e EURBAN. Informação disponibilizada na Página do Urbanismo para instrução dos processos. https://geo.cm-odivelas.pt/MuniSIG/Html5Viewer/Index.html?configBase=https://geo.cm-odivelas.pt/MuniSIG/REST/sites/O_Planta_de_Localizao/viewers/Plantas_de_Localizao/virtualdirectory/Resources/Config/Default Submissão dos processos no Login Online Desk (cm-odivelas.pt) Aprovação na Reunião de CMO, do início do procedimento; período da Discussão Pública e respetiva publicitação na imprensa, Boletim Municipal, publicação no Diário da República e também no site da CMO.	Implementação do Balcão Eletrónico no site do Município Urbanismo Digital. Disponibilização de novos elementos no site da CMO, nomeadamente alvarás de loteamento e cartografia de apoio. Cumprimento dos vários regimes jurídicos, nomeadamente relativo ao ordenamento do território, urbanismo, ambiente, de

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
	Atualização dos registos dos IGT/Planos em elaboração e aprovados na Plataforma PCGT. Divulgação de todos os elementos no site da CMO, incluindo as fichas de ponderação, respetivo relatório de concertação e respetivos pareceres das entidades.	ou desfavorecimento dos interessados.	Aprovação dos IGT/Planos incluindo o relatório de ponderação da Discussão Pública em Reunião de Câmara e respetiva publicação no Boletim Municipal, Diário da República e divulgação no site da CMO. https://www.cm-odivelas.pt/autarquia/plano-diretor-municipal-pdm Registo na Plataforma SSGAIT e PCGT/DGT.	riscos e património entre outros, o regime jurídico da urbanização e edificação e ainda os regulamentos municipais. PCGT – Gestão dos Planos na Plataforma Digital para consulta de entidades.
	Apresentação e divulgação dos Estudos de Execução do PDM, através de Planos e Unidades de Execução, em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal. Divulgação de todos os estudos dos Planos e Unidades de Execução, no site da CMO [Urbanismo PDM, https://www.cm-odivelas.pt/autarquia/plano-diretor-municipal-pdm/unidades-de-execucao Divulgação dos relatórios de monitorização dos Planos, no site da CMO.	Diminuição da possibilidade de ocorrência de riscos de infração dos vários regimes e tutelas com jurisdição sobre o ordenamento território.	Aprovação dos IGT/Planos em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, respetiva publicação em Boletim Municipal e em Diário da República e no site da CMO. Disponíveis na PCGT/DGT.	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
	Divulgação do processo de elaboração IGT/Planos e Unidades de Execução na Comunicação Social / Imprensa de âmbito nacional e no <i>site</i> da CMO. Publicação no D.R. define novo modelo de divulgação do conteúdo novo. Tramitação dos Planos na PCGT.	- Redução da possibilidade de invocar o fator de desconhecimento, por parte de particulares relativamente às propostas de ordenamento do território através da disponibilização de informação inerente ao planeamento e gestão urbanística no site da CMO. - Incremento da comunicação preferencial em modo digital, nomeadamente correio eletrónico.	Publicação no Boletim Municipal. Publicação dos Avisos da Discussão Pública em vários jornais nacionais, conforme ilustrado no relatório de ponderação da discussão pública, disponível no site da Câmara Municipal de Odivelas. Publicação final no site da CMO; https://www.cm-odivelas.pt/autarquia/plano-diretor-municipal-pdm/instrumentos-de-gestao-territorial-em-elaboracao	
Reduzida probabilidade de ocorrer discricionariedade na elaboração de Propostas e Pareceres, que poderão propiciar o favorecimento ou desfavorecimento dos interessados	Disponibilização de plantas de localização e formulários, no novo site do Urbanismo Digital. Gestão dos processos no âmbito do licenciamento zero, através do Balcão do Empreendedor. Definição das regras para os processos em sede do novo Regulamento de Ocupação do	- Redução dos riscos, através da responsabilização dos técnicos no cumprimento do novo Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda para fins	Implementação de procedimentos e processos digitais. Registo e tramitação na aplicação EDOCLINK e EURBAN. Implementação do novo Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda para fins Políticos do Município de Odivelas.	Cumprimento de regimes jurídicos vários, face à gestão do território sob várias tutelas e jurisdição, entre outros domínios,

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
	Espaço Público, Publicidade e Propaganda para fins Políticos do Município de Odivelas. Distribuição pelos vários técnicos dos pedidos de pareceres. Registo em base de dados dos processos e georreferenciação.	Políticos do Município de Odivelas. - Redução dos riscos, devido também à maior responsabilidade dos requerentes no âmbito das comunicações prévias e ação mais intensiva da fiscalização.		ruído e atividades económicas. Novo regime das competências dos municípios e das Juntas de Freguesias.
	Cumprimento da legislação aplicável, instituição das meras Comunicações e Autorizações através do Balcão do Empreendedor.	- Efetiva redução de riscos, através da crescente responsabilização dos interessados e com crescente ação da fiscalização.	Instalação de pontos do Balcão Zero, nas Juntas de Freguesia. Novas competências das Juntas de Freguesia.	

5.4.2.4 Gabinete de Reconversão Urbana de áreas Críticas (3.º nível)

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Existência de situações de impedimento ou suspeição da intervenção de colaboradores em processos de operações urbanísticas. (Instruir e informar, em conformidade com o Plano Diretor Municipal, outros regulamentos e instrumentos de planeamento em vigor e em desenvolvimento assim como demais legislação aplicável todos os procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas da competência dos órgãos municipais ou sobre os quais estes devam pronunciar-se).	Verificação de eventuais conflitos de interesses de trabalhadores da CMO, que intervenham nos procedimentos de operações urbanísticas	Diminuição do risco	Não se tem verificado a existência de conflitos, de acordo com informação da DRHF	
Deficiente fundamentação dos atos praticados no âmbito das operações urbanísticas. (Instruir e informar, em conformidade com o Plano Diretor Municipal, outros regulamentos e instrumentos de planeamento em vigor e em desenvolvimento assim como demais legislação aplicável todos os procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas da competência dos órgãos municipais ou sobre os quais estes devam pronunciar-se).	Melhoria da fundamentação dos atos praticados no âmbito das operações urbanísticas, com indicação de todos os condicionalismos legais que incidem sobre as mesmas	Diminuição do risco	Registo de reclamações sobre fundamentação dos atos nulo.	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Insuficientes mecanismos de controlo na distribuição de processos pelos colaboradores. (Instruir e informar, em conformidade com o Plano Diretor Municipal, outros regulamentos e instrumentos de planeamento em vigor e em desenvolvimento assim como demais legislação aplicável todos os procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas da competência dos órgãos municipais ou sobre os quais estes devam pronunciar-se).	Estabelecer regras formais de distribuição de processos que permitam assegurar a rotatividade e variabilidade, de funções dos colaboradores intervenientes nos processos.	Diminuição do risco	A grande maioria dos procedimentos encontram-se a decorrer em sistema de Gestão Documental Edoclink e são analisados pelos técnicos / equipas conforme as valências e tipos de análise definidas para o efeito.	
Divulgação, eliminação, sonegação, manipulação ou uso indevido de informação confidencial. (Assegurar a articulação com as associações de proprietários, associações de moradores e administrações conjuntas e participar nas assembleias de administração conjunta, nos termos da Lei)	Sensibilização dos funcionários, em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos funcionários.	Diminuição do risco	Documental Edoclink, ficando registada, em histórico, qualquer interação dos utilizadores quer em registos / documentos, quer em distribuições / pedidos e/ou processos, pelo que o risco de eliminação e/ou manipulação de documentos, foi minimizada.	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Dificuldade no cumprimento dos prazos quando simultaneamente ocorrem vários procedimentos. (Promover a elaboração de planos e estudos necessários à recuperação e legalização dos diversos aglomerados ilegais, nos termos da Lei, na modalidade de reconversão de iniciativa particular).	Instituir mecanismos que habilitem a um acompanhamento eficaz dos procedimentos e o cumprimento dos prazos, implementando medidas corretivas sempre que necessário.	Diminuição do risco	A grande maioria dos procedimentos tramitam em sistema de Gestão Documental Edoclink, permitindo um maior controlo dos prazos de análise	
Requerimentos incompletos quanto à documentação legal e técnica exigível (Apoiar, por enquadramento e/ou atribuição de comparticipações financeiras, a execução de obras de urbanização nas AUGI ou áreas equivalentes, recorrendo a meios próprios ou às comissões de administração conjunta, e utilizando instrumentos municipais, nomeadamente os protocolos de delegação de competências e a atribuição de subsídios)	Atualização/melhoria dos formulários-tipo para cada operação urbanística, com menção expressa da documentação legal e técnica exigível.	Diminuição do risco	Atualização dos formulários, tendo em conta a uniformização dos mesmos com as restantes UO do DGOU	Formulários atualizados ainda não disponibilizados no Balcão Eletrónico / Urbanismo Digital.
Ausência de um eficaz sistema de registo e controlo da informação (Identificar e assegurar o controlo na execução de obras sem controlo prévio ou administrativo conjuntamente com a DFM e a celeridade na atuação).	Instituir mecanismos que habilitem a um acompanhamento eficaz das intervenções entre as UO e o acompanhamento sobre o desenvolvimento das mesmas.	Diminuição do risco	A grande maioria dos procedimentos tramitam em sistema de Gestão Documental Edoclink, pelo que o registo e controlo da	Implementada maior concertação entre unidades orgânicas mediante a

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
			informação foi melhorada e uniformizada.	realização de reuniões periódicas para tratamento de assuntos prioritários.
Ausência de uma eficaz atuação por parte da administração e consequência da mesma (Identificar e assegurar o controlo na execução de obras sem controlo prévio ou administrativo conjuntamente com a DFM e a celeridade na atuação)	Instituir mecanismos que habilitem a um acompanhamento eficaz das ocorrências entre as UO e o cumprimento das medidas corretivas da legalidade urbanística.	Diminuição do risco	A grande maioria dos procedimentos tramitam em sistema de Gestão Documental Edoclink, pelo que o registo e controlo da informação foi melhorada e uniformizada.	Implementada maior concertação entre unidades orgânicas mediante a realização de reuniões periódicas para tratamento de assuntos prioritários.
Não disponibilização de informação competente, em tempo útil. (Apoiar, o desenvolvimento de projetos de requalificação urbana e a execução de obras respetivas de obras de urbanização nas AUGI ou	Disponibilização no sítio do Município na internet de informação habilitante para minimizar pedidos de consulta e esclarecimentos ao abrigo do direito à informação.	Diminuição do risco	Informação disponibilizada na página do Urbanismo, no site da CMO em www.cm-odivelas.pt	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
áreas equivalentes, recorrendo a meios próprios ou às comissões de administração conjunta, procedendo á receção provisória das obras concluídas de requalificação de espaço público com o envolvimento das UO com competências inerentes e/ou entidades externas)				

5.4.3 Departamento de Obras Municipais e Habitação

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Assegurar o cumprimento dos procedimentos internos por parte das unidades orgânicas DIEM e DIEU.	Acompanhamento regular da atividade desenvolvida pelas diversas Unidades Orgânicas. Divulgação das experiências sobre os métodos de trabalho.	Uniformização de procedimentos com base nas melhores iniciativas de cada Divisão de forma a melhorar a transparência dos procedimentos de contratação dentro do DOMH.	A apresentação dos cadernos de encargos para concursos de contratação pública foram efetuados com maior clareza e responsabilidade.	
Riscos identificados nos relatórios respetivos de cada uma das Divisões pertencentes ao DOMH.	Adoção de medidas constantes nos relatórios de acompanhamento.			

5.4.3.1 Divisão de Infraestruturas e Equipamentos Municipais

- Setor de Obras por Empreitadas
- Setor de Obras por Administração Direta

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Falta de rigor no planeamento das obras por administração direta devido à insuficiência de pessoal operário. (Programar, executar e controlar intervenções, por administração direta)	Aberto um procedimento para provimento de cinco vagas para pessoal operário.	Foram contratados três trabalhadores.	Distribuição EDOC/2023/49887	A falta de pessoal continua a obrigar-nos a recorrer ao exterior.
Deficitário controlo da execução dos contratos de empreitada.	Proposta de abertura de concurso para a contratação de mais técnicos superiores (engenheiros civis)		Distribuição EDOC/2023/59944	Com o aumento das competências do Município a fiscalização das empreitadas é cada vez mais deficitária, devido à impossibilidade de os diretores de fiscalização se deslocarem diariamente a todas as obras; impossibilidade de um regime de rotatividade nos elementos que constituem os júris dos procedimentos pré-contratuais.

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Falta de rigor no controle dos materiais gastos por administração direta. (Programar, executar e controlar intervenções, por administração direta)	Evitar a existência de materiais em stock; Execução de fichas de consumo de materiais por obra com custos discriminados; Contratos de fornecimento de materiais com stock no próprio fornecedor.	O risco pouco diminuiu apesar de existirem contratos de fornecimento contínuos de materiais de construção e de eletricidade.		
Necessidade de Formação para os vários trabalhadores (assistentes operacionais e técnicos superiores), principalmente no que se refere aos parques infantis. (Promover e controlar os atos administrativos previstos na lei para os processos de empreitadas e fornecimentos de obras públicas, a partir do ato de celebração dos respetivos contratos iniciais)	Proposta de formação solicitada à DRHF.	Apesar do serviço ter contratado algumas entidades que prestam formação nesta área o risco ainda permanece.	Distribuição EDOC/2023/20440	
Contratação de empreiteiros através de procedimentos por ajuste direto	Privilegiar a contratação através do recurso aos procedimentos mais abertos à concorrência.	O risco ainda permanece.		
Contratação de trabalhos urgentes e inadiáveis sem realização dos procedimentos exigidos.	Proceder, em tempo útil, à abertura dos procedimentos pré-contratuais, em função	O risco ainda permanece.		Pretende-se com esta medida minimizar a constante necessidade de ratificação dos

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
	de critérios materiais, previstos no Código dos Contratos Públicos.			atos praticados, devido à urgência na realizam imediata de alguns trabalhos.
Contratação de prestadores de serviços/fornecedores através de procedimentos por ajuste direto. (Assegurar o cumprimento, pelos adjudicatários, dos contratos de empreitadas e fornecimentos, em representação do dono de obra, desenvolvendo os necessários procedimentos administrativos e técnicos previstos nas atribuições da função de fiscalização)	Privilegiar a contratação através do recurso a procedimentos mais abertos à concorrência	Risco diminuiu, apesar de se continuar a recorrer ao ajuste direto, nomeadamente, o simplificado, são feitas consultas preliminares ao mercado.		

5.4.3.2 Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Falta de rigor no planeamento das obras por administração direta devido à insuficiência de pessoal operário (Programar, executar e controlar intervenções, por administração direta.)	Abertura de procedimento pré-contratual comum para ocupação de dois (3) postos de trabalho na categoria de Assistente Operacional		EDOC/2023/35461	O procedimento anterior ficou deserto. Dificuldade em contratar pessoal
Contratação de empreiteiros através de procedimentos por ajuste direto (Promover o lançamento de empreitadas para construção ou manutenção da rede viário e espaço público.)	Privilegiar a contratação através do recurso aos procedimentos mais abertos à concorrência	Redução de risco		
Contratação de prestadores de serviços/fornecedores através de procedimentos por ajuste direto (Assegurar a gestão dos contratos de manutenção das fontes.)	Privilegiar a contratação através do recurso aos procedimentos mais abertos à concorrência	Redução de risco		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Dificuldades no acompanhamento das obras por empreitada por falta de pessoal.	Abertura de procedimento pré-contratual comum para ocupação de três (3) postos de trabalho na categoria de Técnico Superior (área de engenharia civil)		EDOC/2023/35410	O procedimento anterior ficou deserto. Dificuldade em contratar pessoal

5.4.3.3 Divisão de Habitação

▪ **Setor de Estudos, Planeamento e Controle (SEPC)/ Setor de Promoção, Construção e Reabilitação de Habitação (SPCRH)**

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
No âmbito da aplicação de inquéritos à população, poderão surgir situações conflituosas (ex: agressões verbais e/ou físicas) por parte de alguns segmentos populacionais, bem como respostas incorretas que enviesem os resultados dos estudos. (Elaboração de estudos acerca do parque habitacional; Elaboração do Plano Local de Habitação; Recolha, sistematização e produção de informação sobre o Parque Habitacional e núcleos de barracas e respetiva população residente; Elaboração de projetos/iniciativas relacionadas com a atividade de diagnóstico das condições sócio habitacionais do Concelho. Elaboração da estratégia local de habitação no âmbito do programa “1º Direito”.)	Colocação de equipas no terreno não inferior a 2 elementos; adoção de postura assertiva e de mediação junto da população inquirida; Eliminação de incongruências nas respostas aos inquéritos.			A DH tem vindo a colaborar na realização de inquéritos em articulação conjunta e com os Técnicos(as) da DCS
Não utilização da plataforma eletrónica para os procedimentos de ajuste direto. (Lançamento de concursos de empreitadas de obras públicas em fogos municipais e partes comuns de edifícios de habitação de propriedade municipal; acompanhamento da sua execução e controlo do contrato.)	Adoção gradual da utilização da plataforma eletrónica de contratação pública em todos os procedimentos de empreitada conduzidos pela DH	No período em apreço a UO tem vindo a dispor da colaboração do DOMH/SLE, o que contribuiu para a utilização sistemática da		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
		plataforma eletrónica de contratação pública nos procedimentos de empreitada, conforme legalmente estabelecido		
Não verificação a priori de situações de impedimento ou suspeição de situações indiciadoras de conluio ou favorecimento entre concorrentes e trabalhadores da C.M.O. (Lançamento de concursos de empreitadas de obras públicas em fogos municipais e partes comuns de edifícios de habitação de propriedade municipal; acompanhamento da sua execução e controlo do contrato.)	Instituir mecanismo interno de controlo que permita detetar estas situações.	O previsto no CCP está a ser alcançado através das medidas adotadas		
Insuficiente verificação e controle de erros e omissões. (Lançamento de concursos de empreitadas de obras públicas em fogos municipais e partes comuns de edifícios de habitação de propriedade municipal; acompanhamento da sua execução e controlo do contrato.)	Verificação regular e articulação interna na fase de projeto e orçamentação.	Tem-se intensificado a revisão de projeto através da análise às listas de trabalhos e compatibilização entre especialidades, conforme estabelecido legalmente.		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Ausência de resposta atempada dos serviços, nos casos considerados como não urgentes. (Receção de requerimentos relativos a anomalias no edificado (de arrendatários do M.O.; de proprietários de frações localizadas em prédios de propriedade mista: frações privadas e frações de habitação municipais; de administrações de condomínio de prédios onde existem frações municipais de habitação) e tramitação processual subsequente: Realização de vistorias em fogos e partes comuns dos respetivos edifícios; Elaboração de informações técnicas e propostas de atuação; Envio de ofícios e notificações; Acionamento do seguro do M.O. - quando aplicável.)	Analisar a possibilidade de processar os requerimentos de obras através da aplicação informática, criando mecanismo de controlo. Efetuada prospeção ao mercado.			A otimização desta ferramenta depende muito da sua interligação/compatibilidade com outras aplicações disponíveis no Município.
Ausência de tratamento eficaz de reclamações e queixas apresentadas (Receção de requerimentos relativos a anomalias no edificado (de arrendatários do M.O.; de proprietários de frações localizadas em prédios de propriedade mista: frações privadas e frações de habitação municipais; de administrações de condomínio de prédios onde existem frações municipais de habitação) e tramitação processual subsequente: Realização de vistorias em fogos e partes comuns dos respetivos edifícios; Elaboração de informações técnicas e propostas de atuação; Envio de ofícios e notificações; Acionamento do seguro do M.O. - quando aplicável.)				

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Ausência de desenvolvimento subsequente às propostas. (No âmbito da habitação social e respetivo contexto urbano proceder à elaboração de documentos, pareceres, estudos de avaliação e de diagnóstico, estratégias de atuação, relatórios e propostas de programas de reabilitação ou regeneração urbana sustentável)				
Incapacidade de atuar preventivamente quanto às anomalias que vão urgindo nas frações municipais de habitação e partes comuns dos respetivos edifícios, face ao estado de conservação dos imóveis, vetustez e tipo de construção. (Receção de requerimentos relativos a anomalias no edificado (de arrendatários do M.O.; de proprietários de frações localizadas em prédios de propriedade mista: frações privadas e frações de habitação municipais; de administrações de condomínio de prédios onde existem frações municipais de habitação) e tramitação processual subsequente: Realização de vistorias em fogos e partes comuns dos respetivos edifícios; Elaboração de informações técnicas e propostas de atuação; Envio de ofícios e notificações; Acionamento do seguro do M.O. - quando aplicável.)	Adotar o Programa de Reabilitação Prioritária do Parque Habitacional Municipal como guia orientador das intervenções. Atualizar semestralmente o Programa de Reabilitação Prioritária do Parque Habitacional Municipal e monitorizar o seu desenvolvimento. Definir um Plano Anual de Vistorias de forma a todas as frações municipais de habitação serem objeto de, pelo menos, uma vistoria por ano.			

5.4.4 Departamento de Gestão Ambiental e Transportes

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Falta de rigor no planeamento prévio de vistorias ou atividades de fiscalização (Proceder à fiscalização e acompanhamento das obras de infraestruturas gerais de intervenção urbana, na área respeitante os espaços verdes, em articulação com outros serviços municipais)	Distribuição das tarefas por vários Técnicos	Risco diminuiu		Acompanhamento das obras desde o seu planeamento
Falta de rigor no planeamento prévio de vistorias ou atividades de fiscalização (Fiscalização das manutenções de espaços verdes)	Elaboração de relatórios de fiscalização	Risco diminuiu		Realização de reuniões periódicas com os responsáveis das entidades prestadores de serviços
Não cumprimento das atividades inicialmente definidas (Gerir o Viveiro Municipal)	Elaboração de relatórios de atividades	Risco diminuiu		
Não cumprimento das atividades inicialmente definidas (Intervir em situações de degradação Ambiental)	Cumprimento da legislação e regulamentos municipais Cooperação interdepartamental	Risco diminuiu		Criação de soluções a implementar no terreno para evitar a reincidência das situações

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Não cumprimento das atividades inicialmente definidas (Assegurar o serviço de limpeza urbana, desmatação e recolha de entulhos e outros materiais)	Elaboração de relatórios de monitorização	Risco diminuiu		Criação de ferramentas e divulgação das mesmas para reduzir as deposições ilegais
Não cumprimento das atividades inicialmente definidas (Coordenar em permanência o sistema de controlo do estado de higiene e de salubridade dos espaços públicos)	Elaboração de relatórios de monitorização	Risco diminuiu		implementação de medidas que permitam reduzir a reincidência de situações de insalubridade
Discricionariedade na elaboração de planos, projetos, propostas, pareceres, etc., que poderão propiciar o favorecimento ou desfavorecimento dos interessados (Elaborar diagnósticos de situação sobre a prestação de serviços na sua área de competência, definindo, em cada momento, o grau de cobertura geográfica de cada serviço prestado e o seu grau de atendimento quantitativo e qualitativo)	Instituir mecanismos internos que permitam detetar inconformidades Elaborar relatórios de monitorização	Risco diminuiu		Realização de reuniões frequentes com as entidades prestadoras de serviço Efetuar ações de fiscalização nas diferentes áreas com regularidade

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Não cumprimento dos objetivos inicialmente definidos (Planear ações relativas à área da limpeza urbana, de forma a otimizar recursos humanos e equipamentos)	Instituir mecanismos internos que permitam detetar inconformidades Elaborar relatórios de monitorização	Risco diminuiu		Realização de reuniões frequentes para monitorização do trabalho desenvolvido pelas entidades prestadoras de serviços

5.4.4.1 Divisão de Ambiente

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Não cumprimento das atividades/ objetivos inicialmente definidos (Intervir em situações de degradação ambiental)	Cumprimento da Legislação Trabalho conjunto com outras Unidades Orgânicas e Entidades externas	Risco ainda permanece		
Não cumprimento das atividades inicialmente definidas (Assegurar o serviço de limpeza urbana, desmatação e recolha de entulhos e outros materiais)	Elaboração de relatórios de monitorização	Risco diminuiu		Criação de plano de intervenção e respetiva monitorização Implementação de soluções após a realização de intervenções
Não cumprimento dos trabalhos contratualizados (Promover a limpeza e desassoreamento sistemático das linhas de água)	Acompanhamento diário das intervenções Elaboração de relatórios de monitorização	Risco ainda permanece		Planeamento atempado dos trabalhos a desenvolver
Discricionariedade na elaboração de planos, projetos, propostas, pareceres, etc., que poderão propiciar o favorecimento ou desfavorecimento dos interessados	Relatórios de Monitorização	Risco ainda permanece		Realização de reuniões frequentes com as entidades prestadoras de serviço

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Elaborar diagnósticos de situação sobre a prestação de serviços na sua área de competência, definindo, em cada momento, o grau de cobertura geográfica de cada serviço prestado e o seu grau de atendimento quantitativo e qualitativo)				
Não cumprimento dos prazos (Elaborar o mapa de ruído do Concelho e respetivos mapas de ação)	Acompanhamento das ações desenvolvidas pelas entidades externas	Risco ainda permanece		

5.4.4.2 Divisão de Espaços Verdes

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Desadequada identificação das necessidades (Assegurar a estratégia de espaços verdes do concelho, no âmbito da estrutura verde definida em sede de plano diretor municipal e demais planos aprovados)	Cumprimento da legislação e regulamentos municipais	Risco diminuiu		Articulação com as Unidades orgânicas que interferem na criação e manutenção de espaços verdes
Falta de rigor no planeamento prévio de vistorias ou atividades de fiscalização (Proceder à fiscalização e acompanhamento das obras de infraestruturas gerais de intervenção urbana, na área respeitante os espaços verdes, em articulação com outros serviços municipais)	Distribuição das tarefas por vários Técnicos	Risco diminuiu		Acompanhamento das obras desde o seu planeamento
Falta de rigor no planeamento prévio das atividades de fiscalização (Fiscalização das manutenções de espaços verdes)	Elaboração de relatórios de fiscalização	Risco diminuiu		Realização de reuniões periódicas com os responsáveis das entidades prestadores de serviços
Falta de rigor no planeamento prévio das atividades de fiscalização	Cumprimento da legislação e regulamentos municipais	Risco diminuiu		Acompanhamento das obras desde o seu planeamento

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Acompanhamento e fiscalização das construções de novos espaços verdes)				
Desadequada identificação das necessidades (Manter e conservar o património arbóreo, em meio urbano ou florestal, e as manchas de vegetação)	Elaboração de plano de rearborização anual. Acompanhamento do trabalho das Juntas de Freguesia	Risco diminuiu		Criação de lista de espécies adequadas ao território. Acompanhamento Técnico

5.4.4.3 Divisão de Transportes e Oficinas

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Ausência de meios de controlo fidedignos e de acesso universal e de inventário sobre os instrumentos e materiais utilizados nas reparações	Reativação de aplicação da Medidata, após atualização e ajustes	Diminuição do risco		
Ausência de gestor do parque de viaturas	Pedido de contratação de Recursos Humanos			Pendente da disponibilização de recurso humano
Ausência de recursos humanos e de responsável de oficina	Pedido de contratação de Recursos Humanos			
Ausência de determinação do uso das instalações atendendo aos fatores de risco de segurança, higiene e saúde no trabalho	Constituído Grupo de Trabalho multidisciplinar que irá analisar e propor soluções e ajustes no Parque de Máquinas			

5.4.5 Departamento de Educação e Coesão Social

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Erros de Gestão corrente ou de avaliação técnica (Dirigir e coordenar as atividades da unidade orgânica)	Cumprimento dos procedimentos internos, dos regulamentos municipais e da legislação em vigor	Maior rigor na aplicação das medidas adotadas nas matérias relacionadas com a área da educação e coesão social	Revisão de Regulamentos existentes	

5.4.5.1 Divisão de Educação

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Risco de incumprimento das normas, documentos oficiais e legislação em vigor na tramitação dos processos (Gestão dos recursos educativos e prestação de serviços)	Cumprimento da legislação e dos regulamentos municipais	Maior rigor na aplicação das leis, nas matérias relacionadas com a área da educação		
Risco de omissões e erros na recolha e tratamento dos dados por rotina de procedimentos (Gestão dos recursos educativos e prestação de serviços)	Criação de fichas e formulários de verificação	Aprovação de novos regulamentos e respetivos formulários, apensos aos mesmos, clarificando a forma de tratamento de dados	EDOC/2023/51949 EDOC/2023/51742 EDOC/2023/50981	

5.4.5.2 Divisão de Projetos Educativos, Igualdade e Cidadania

Relativamente a esta U.O. não foram identificados quaisquer riscos no período em análise.

5.4.5.3 Divisão de Coesão Social

Setor de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Barreiras linguísticas e culturais, em particular com a população migrante. Omissões e falsas declarações por parte dos utentes. (Acolhimento / Atendimento Social aos indivíduos / famílias em situação de fragilidade social quer a pedido dos próprios quer por sinalização de outras entidades.)	Frequência de Ações Formação.	Diminuição do risco		São necessárias mais ações
Complexidade do sistema. (Instrução do processo familiar onde consta o diagnóstico pessoal e familiar (identificando as necessidades de intervenção aferidas) e as capacidades e outros recursos pessoais e familiares)	Uniformização e simplificação dos procedimentos.	Diminuição do risco	Uniformização de procedimentos internos e com os parceiros	
Falta de informação completa e sistematizada. (Prestação de informação sobre os direitos e deveres, responsabilidades, bens e serviços adequados à resolução, minoração ou prevenção da situação/problema.)	Pedido de pareceres jurídicos	Diminuição do risco		
Dispersão de informação em várias entidades e plataformas.	Frequência de Ações Formação.	Diminuição do risco		São necessárias mais ações

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Orientação sobre a forma de aceder aos apoios necessários e/ou possíveis explanando as várias fases, trâmites e prazos previsíveis.)				
Barreiras linguísticas e culturais, em particular com a população migrante. Incumprimento do Plano de Inserção por parte dos utentes. (Elaboração de um Plano de Inserção Social com a participação / responsabilização dos indivíduos / famílias.)	Definição de consequências para os incumprimentos.	Diminuição do risco	Uniformização de procedimentos internos e com os parceiros	
Fraca adesão dos utentes às propostas apresentadas que visem alterar o seu modo de vida. Repetição dos ciclos geracionais de pobreza e exclusão social. Escassez e inadequação das respostas para os problemas sociais complexos. Exposição a doenças contagiosas. Exposição a ambientes de insalubridade e infestados (parasitas, roedores, etc.)	Em curso a possibilidade de existência de supervisão. Utilização de equipamento adequado.	Será necessário continuar a investir para a diminuição do risco		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Exaustão emocional dos técnicos. (Acompanhamento social de cada processo familiar.)				
Complexidade da plataforma informática ASIP. Morosidade do sistema e sistemáticas interrupções no mesmo. Tratamento do processo realizado em plataforma informática (Registo na plataforma informática adequada (ASIP - Ação Social Interface de Parceiros) de todas as fases de desenvolvimento do Processo Familiar.)	Atualização do equipamento informático da CMO. Apresentação de propostas para reformulação da plataforma informática ASIP.	Em curso		

Setor de Vida Ativa e Recursos Sociais

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Dificuldade em abranger o maior número possível de munícipes	Adotou-se, no final de 2023, o sistema de inscrições online.	Não são visíveis ainda.		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Falta de instalações municipais com condições onde se desenvolvam os projetos eficazmente	Procura de locais alternativos	Sem sucesso à data de final do período em análise		

Setor de Intervenção na Habitação Social

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Agressões físicas e psicológicas (Gestão social das famílias residentes no parque habitacional municipal, efetuada através de visitas domiciliárias e atendimentos presenciais (sensibilização dos agregados quanto ao cumprimento das suas obrigações – pagamento da renda, manutenção e higienização da habitação).)	Monitorização, Workshops relacionados com esta temática; Equipamento Adequado	Trabalho de continuidade		
Desgaste emocional e psicológico; agressões verbais. (Atendimento presencial aos munícipes residentes no concelho no âmbito das carências habitacionais, nomeadamente, os Pedidos de Habitação e encaminhamento das situações problema.)	Monitorização, Workshops relacionados com esta temática; Equipamento Adequado	Trabalho de continuidade		

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Contaminação de blatídeos e outros parasitas; risco de queda. (Acompanhamento das famílias residentes nos núcleos de construções precárias, bem como realizar todos os procedimentos à concretização do realojamento desses agregados e consequente acompanhamento.)	Equipamento adequado	Diminuição do Risco	Visitas e atendimentos efetuados com equipamento adequado.	

Setor de Gestão do Parque Habitacional

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Falta de informação completa e sistematizada (Emissão de pareceres e análise jurídica transversal a todas as atividades da DCS)	Ações regulares de verificação, correção e validação dos documentos. Constituição de processo físico único e digitalização de documentação para formação de processo digital do SGPH	Diminuição do risco. Melhor acesso à informação	Edoc's e validação de base de dados. Emails. Pastas partilhadas na pasta SGPH	
Falsas declarações, omissões de rendimentos e composição (elementos) do agregado familiar. Dispersão da Informação em suporte físico.	Ações regulares de verificação, correção e validação dos documentos. Várias diligências tendentes à descoberta da verdade material.	Diminuição do risco. Melhor acesso à informação	Edoc's. Ofícios remetidos Emails. Pastas partilhadas na pasta SGPH	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Cálculo e processos de atualização de todas as rendas em vigor nos vários processos de habitação social do município)	Constituição de processo físico único e digitalização de documentação para formação de processo digital do SGPH			
Deterioração (danos) das habitações por uso indevido por parte dos inquilinos municipais. Incumprimento no pagamento da renda – Acumulação de dívida. (Gestão em coordenação com o SIHS das habitações municipais e das particulares arrendadas ao abrigo de programas de apoio à habitação)	Criação de agenda de visitas frequentes às habitações. Sensibilização e indicação dos atos necessários à eliminação dos riscos. Estabelecimento de consequências pelo(s) incumprimento(s) por parte do arrendatário ou subarrendatário.	Diminuição do risco Recuperação de valores pagos pelo MO a título de indemnização aos senhorios Recuperação dos créditos por incumprimento no pagamento de rendas, sempre que possível temporalmente próximo ao acontecimento	Aplicação do direito de regresso – Edoc's, Ofícios	
Falta de informação; Complexidade do sistema de base de dados. (Atualização das bases de dados habitacionais (IHRU, Medidata, base Per)	Ações de Formação Melhor exploração da capacidade das aplicações em uso. Afetação de novos funcionários ao SGPH. Procura no mercado de aplicações que permitam concentrar (com atribuição de categorias diferentes de utilizador de modo a respeitar o RGPD) informação dispersa	Em continuidade		

Setor de Planeamento e Rede Social

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Necessidade de revisão do Regulamento do PAMO - Erros de análise técnica - Falsificação dos documentos apresentados - Possibilidade de favorecimento de entidades candidatas em detrimento de outras - Processos frequentemente mal instruídos e com necessidade de retificação - Entidades com poucas competências para instrução de candidaturas (Análise das candidaturas e proposta de apoio no âmbito do Programa de Apoio do Município de Odivelas (PAMO) – Eixo Social)	Revisão do Regulamento do PAMO Implementação de procedimentos de conferência por uma segunda pessoa Afetação de mais recursos humanos Sessões de esclarecimento e acompanhamento das Entidades na apresentação das candidaturas	Em curso a aplicação das medidas propostas.	Aprovação do Novo Regulamento do PAMO (Regulamento n.º 1144/2023 publicado no DR, 2.º Série, 24 de outubro de 2023), a entrar em vigor a 1 de janeiro de 2024 Afetação de outro recurso humano ao PAMO Sessão de esclarecimento e apresentação do novo Regulamento aos potenciais beneficiários realizada na 53.ª Sessão Plenária do CLASO, em 04 de dezembro de 2023	
Adjudicação da aquisição de refeições aos PSSA	É elaborada consulta publica a 3 entidades que fornecem refeições.	Risco diminuiu	Distribuição EDOC/2023/7533	Vence a proposta com valor mais baixo.

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Adjudicação da prestação de serviços de saúde para pessoas em situação de sem abrigo	Foi elaborada proposta de adjudicação à empresa Life Domain para aquisição de Serviços no âmbito de saúde decorrente do acompanhamento das equipas técnicas de rua, permitindo, a avaliação continua e evolutiva de parâmetros de risco aos PSSA em acompanhamento.	Risco diminuiu	Distribuição EDOC/2022/92905	No âmbito do acompanhamento à população em situação de sem-abrigo, a empresa Life Domain, realiza a avaliação dos índices de saúde, nomeadamente, medição de glicémias, pressão arterial e níveis de oxigénio no sangue, medição de temperatura, assim como pequenos atos no domínio do socorrismo.
Necessidade de atualizar o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Odivelas	Candidatura ao Programa Radar Social para a execução do referido PDS	Ainda sem resultados	EDOC/2023/84323	

5.4.5.4 Gabinete de Saúde

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Operacionalizar ações e atividades com ênfase na promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis e de prevenção da doença, promovendo o envolvimento das entidades do concelho - Dificuldade em fazer chegar, aos possíveis interessados, informação sobre as atividades desenvolvidas. (Atividade desenvolvida na área da saúde)	Dinamizar as ações e atividades com recurso às plataformas de comunicação no âmbito das diversas áreas de intervenção do gabinete; Melhorar procedimentos de articulação com a unidade orgânica responsável pela divulgação municipal.	Diminuição do Risco	Ficha de Iniciativa do GCRPP	
Participar em reuniões em matéria de saúde, num quadro de articulação e parceria com diferentes entidades com intervenção e atribuições neste domínio. - Insuficiência de meios e competências municipais nesta área.	Promoção da proximidade e do trabalho articulado com instituições estatais e particulares que intervenham nestas áreas.	Diminuição do Risco	Reuniões com a ARSLVT, ACES Loures Odivelas, Unidade de Saúde Pública, Rede Portuguesa Municípios Saudáveis. Estatutos/Atas das Reuniões), etc.	

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
(Assegurar a execução de políticas públicas municipais nas áreas da saúde)				
Tentativa de intromissão nas atribuições da área da saúde pelas diversas unidades orgânicas. (Articulação entre os serviços)	Definição prévia, ao nível do Executivo Municipal, das áreas de intervenção de cada unidade orgânica. Promoção da proximidade e do trabalho com as unidades orgânicas que possam contribuir para a melhoria das condições de saúde e estilo de vida saudáveis.	Eliminado pela aplicação da medida	Atividades da área da saúde implementadas e divulgadas por outras unidades orgânicas	
Escassos Recursos Humanos (Criar projetos e operacionalizar as diversas atividades na área da saúde)	Abertura de Procedimento concursal com vista à contratação de 1 nutricionista, concluído no final do período em análise.	Risco diminuiu	Concurso	Mantém-se a necessidade de contratar mais profissionais

5.4.6 Departamento de Desporto, Cultura e Turismo

5.4.6.1 Divisão de Desenvolvimento Desportivo

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Desaparecimento das condições que levaram à atribuição de um determinado subsídio; Violação da NCI no que respeita à atribuição e pagamento de apoios. (Apoiar e colaborar com o associativismo desportivo para a promoção, generalização e desenvolvimento do Desporto)	Aprovação de regulamento para a concessão de benefícios, que estabeleça os procedimentos e os critérios de atribuição.	Maior controlo nos apoios concedidos. Permite o acompanhamento após apoio para confirmação da sua aplicação.		Todos os processos são submetidos à deliberação do Executivo Municipal. Aquisição do módulo de Associativismo da Plataforma GRID - Programa de Apoio Municipal de Odivelas, a implementar em janeiro de 2024.
Concentração de apoios em determinada entidade ou área geográfica do concelho. (Apoiar e garantir a organização de eventos desportivos)	Implementação de mecanismos de controlo interno que permitam despistar situações de favoritismo por um determinado beneficiário.	As medidas aplicadas obtiveram o resultado desejado.		Realização de Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo.

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Utilização para fins privados de equipamentos/bens municipais (Garantir a qualificação e rentabilização dos equipamentos desportivos municipais)	Regulamentar a utilização de equipamentos/bens municipais	As instalações desportivas estão a ser utilizadas de acordo com os montantes previstos no Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais (RTORM).		Cedência de acordo com o RTORM, existindo casos em que é aprovado pela CMO a isenção das taxas de utilização.
Ausência ou deficiente fundamentação das propostas de apoio. (Fomentar o associativismo desportivo, nas suas diversas formas, com ênfase na formação desportiva de base e nos segmentos especiais)	Elaborar plano estratégico de intervenção anual; Elaboração de relatórios de monitorização das ações desenvolvidas.	A aplicação correta de dinheiros públicos, não apoiando entidades ou pessoas singulares que não cumpram os requisitos previstos no regulamento.	Relatórios colocados na gestão documental (EDOC), realizados após cada evento, nomeadamente: EDOC/2023/17856 EDOC/2023/91667 EDOC/2023/92262	Elaboração de acordo com o Plano Anual de Atividades

5.4.6.2 Divisão de Cultura e Turismo

5.4.6.2.1 Setor de Turismo (ST)

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Nível de conhecimento dos trabalhadores adstritos à Loja de Turismo, nomeadamente em matérias de atendimento ao público e prestação de informação do concelho. (Assegurar a gestão dinâmica, responsável e flexível da Loja "Turismo de Odivelas")	Reforço de recursos humanos	Melhoria dos procedimentos internos e maior grau de eficácia	Controlo mais eficaz de stock	Reabertura: 7 dezembro de 2022
Nível de conhecimentos dos trabalhadores adstritos à prestação de serviços de divulgação turística. (Promover a organização de eventos de divulgação do património cultural e paisagem de interesse patrimonial na perspetiva turística)	Sensibilização e formação de recursos humanos	Desenvolvimento de competências de trabalho em parceria	Número de visitantes e oferta de serviços	Formação profissional específica para os trabalhadores
Realização de atividades de forma desarticulada com os outros serviços da Câmara Municipal e com serviços de outras entidades públicas em matéria turística (Promover a organização de eventos de divulgação do património gastronómico e enológico na perspetiva turística)	Elaboração de propostas de iniciativas em conjunto com outras unidades orgânicas	Desenvolvimento de competências de trabalho em parceria	Número de visitantes e vendas da loja	Formação profissional específica para os trabalhadores

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Gerir a imagem da MbO e respetivo merchandising na loja “Turismo de Odivelas”	Criação de mecanismos de controlo e aprovação dos produtos e utilização de instrumentos de monitorização	Melhoria dos procedimentos internos e externos	Controlo mais eficaz e diversificado da loja	Formação profissional específica para os trabalhadores
Gerir a imagem do vinho Madre Paula e respetivo merchandising na loja “Turismo de Odivelas”	Definição de procedimentos /implementação de metodologias que garantam a permanente existência do produto à data e quantidade de solicitações	Melhoria dos procedimentos internos	Controlo mais eficaz do produto	Formação profissional específica para os trabalhadores
Gerir a imagem da Loja “Turismo de Odivelas”	Reforço das parcerias com os produtores locais e associações de artesão do concelho e controlo e registo de todos os documentos entregues	Melhoria dos procedimentos internos	Maior grau de eficácia	Formação profissional específica para os trabalhadores

5.4.6.2.2 Sector de Património Cultural (SPC)

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Discrecionariedade técnica na elaboração de planos, estudos e projetos, que poderão conduzir ao favorecimento ou desfavorecimento de terceiros. Omissão ou recolha incompleta da informação. (Garantir a elaboração de estudos e propostas de projetos a serem aplicados na preservação, reabilitação e salvaguarda do património cultural imóvel, móvel e imaterial).	Distribuição aleatória dos projetos, evitando que nesta distribuição, sejam atribuídos a um determinado técnico, de forma continuada, projetos da mesma tipologia.	Atribuição dos projetos em reuniões periódicas	O procedimento tornou-se mais transparente, com a informação partilhada por todos os técnicos.	O EDOC da tramitação do procedimento é do conhecimento dos técnicos do setor.
Inexistência de instrumentos que determinem, de forma clara, <i>as regras</i> de atribuição de benefícios públicos (Assegurar a gestão e funcionamento dos equipamentos culturais municipais e promover projetos e atividades neste âmbito)	Como instrumento fundamental das medidas a adotar indica-se o Regulamento de Taxas em vigência, que define os valores de cedência de espaços. A elaboração de protocolos onde se encontram definidas as atribuições das partes envolvidas em projetos de cooperação.			O objetivo é a transparência administrativa. Já se encontra em execução. Não foi ainda possível aferir resultados.

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Falha e/ou recolha incompleta da informação. (Proceder ao inventário sistemático do património histórico e cultural)	Acompanhar o processo de recolha e informatização da informação pelo superior hierárquico.	Risco diminuiu	Foram realizados vários inventários rigorosos neste período. Esforço para ter uma atualização do inventário ligado ao património material e imaterial.	Há mais informação disponível
Deficiência no estabelecimento de objetivos de avaliação e desagregados dos objetivos estratégicos da unidade orgânica. (Proceder ao levantamento da realidade cultural do município e desenvolver as ações necessárias à preservação da sua identidade cultural)	Proceder de forma sistemática à monitorização do património cultural municipal, produzindo diagnósticos atualizados	As intervenções de preservação, reabilitação e salvaguarda no Património Cultural do Município, resultam dos diagnósticos produzidos.	Restauro do Padrão do Senhor Roubado; Memorial; Claustros do Mosteiro e Túmulo de D. Dinis e do Infante.	

5.4.6.2.3 Setor de Bibliotecas (SB)

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Conceção de projetos que possam beneficiar ou privilegiar terceiros (Promoção do livro e da leitura através da conceção e implementação de projetos que estimulem nos seus diversos destinatários o interesse por esta temática)	Promover a diversidade, qualidade e versatilidade dos projetos e dos agentes envolvidos	Mantém-se as boas práticas de imparcialidade	Processo transparente	
Erros de classificação, indexação ou catalogação (Tratamento técnico documental)	Validação dos registos, de modo a garantir o cumprimento rigoroso do Manual de Procedimentos “Circuito do Documento”	As tarefas de classificação, indexação e catalogação ficaram mais corretas, verificando-se uma redução do número de erros	Processo transparente	
Incumprimento do Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos favorecendo ou desfavorecendo terceiros (Serviço de empréstimo domiciliário e cedência de espaço)	Sensibilização dos técnicos para o cumprimento rigoroso do Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos	Mantém-se as boas práticas de imparcialidade	Processo transparente	

5.4.6.2.4 Setor de Dinamização Cultural (SDC)

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Imparcialidade nas parcerias estabelecidas Cedências de espaço ao movimento associativo	Práticas de imparcialidade	Mantém-se imparcialidade	Processo transparente	
Privilegiar artistas, prestadores de serviços (Realização de Exposições)	Diversificação dos prestadores de serviços e artistas	Risco diminuiu	Processo transparente	
Incumprimento do Regulamento do CEO (Aluguer de espaços)	Práticas de imparcialidade	Mantém-se imparcialidade	Processo transparente	
Incumprimento das regras do PAMO	Práticas de imparcialidade	Mantém-se imparcialidade	Processo transparente	
Gestão da cedência dos espaços do Mosteiro	Criar taxas municipais para colocar as cedências em pé de igualdade.		Processo transparente	Ainda é necessário melhorar os critérios de cedência e criar mais taxas para fins de espaços diversos. Entraram em vigor em 2023

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Cooperação entre unidades orgânicas no desenvolvimento, promoção e dinamização de projetos culturais	Elaboração de informações ou promoção de reuniões de trabalho entre as várias UO	Melhoria na comunicação entre unidades orgânicas	Processo de fácil implementação	
Não cumprimento das atribuições adstritas ao SDC	Reuniões quinzenais para evitar falhas	Aperfeiçoamento na divisão de tarefas entre os Técnicos	Processo de fácil implementação	
Incumprimento das regras do PAMO	Disponibilizar mais tempo de formação às Associações, para explicação da nova plataforma digital, uma vez que muitos têm dificuldade em lidar com a tecnologia.	Facilidade na entrega atempada de documentos	Associações não ficam excluídas digitalmente; Menos incorreções	

5.4.6.3 Gabinete de Juventude (3º nível)

Riscos registados no período em análise	Medidas adotadas	Resultados após medidas adotadas	Evidências	Observações
Riscos alusivos a lesões musculoesqueléticas dos funcionários aquando do manuseamento de cargas ou materiais para a implementação das atividades (Manuseamento de cargas ou materiais para a implementação das atividades)	Contratação de carregadores	A segurança e bem-estar físico dos funcionários foram protegidos	EDOC/2024/1194	
Riscos associados a eventuais acidentes com jovens no âmbito do projeto “OTL’s – Ocupação de Tempos Livres”	Celebração de seguro de acidentes pessoais (DJAG/DJOM/DGP)	Apoio na ocorrência de situações diversas, como acidentes com jovens nas atividades desenvolvidas ao longo do projeto.	EDOC/2023/90944	

6. Conclusão

Como foi referido na introdução “O presente Relatório tem como objetivo aferir a avaliação e os resultados obtidos das medidas constantes de Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGIC)”.

Assim sendo, e antes de qualquer avaliação, implica realçar que se tratou do terceiro Plano de Prevenção de Risco de Gestão, Corrupção e infrações Conexas da Câmara Municipal de Odivelas, devendo ser entendido como um instrumento de gestão novo, dinâmico e, portanto, sujeito a aperfeiçoamento contínuo.

Independentemente do número de medidas implementadas o PPRGIC teve o mérito de promover o debate e a divulgação do princípio ético e da boa gestão que deve presidir à gestão autárquica, assim como alerta para a constante necessidade de controlo sobre as diversas atividades.

Para tal, foi essencial a intervenção ativa das unidades orgânicas e dos seus dirigentes, apelando-se que, no corrente ano, possa ser reforçado esse envolvimento neste processo de gestão autárquica.